

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – PPGCPRI

ALBANY FERREIRA LIMA

O INTERESSADO DÁ UM JEITO:

A relação entre ambição política e alocação de emendas individuais no Brasil.

JOÃO PESSOA - PB

ABRIL DE 2018

ALBANY FERREIRA LIMA

O INTERESSADO DÁ UM JEITO:

A relação entre ambição política e alocação de emendas individuais no Brasil.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais – PPGCPRI da Universidade Federal da Paraíba, como requisito indispensável para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi.

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732i Lima, Albany Ferreira.

O interessado dá um jeito: a relação entre ambição política e a alocação de emendas individuais no Brasil / Albany Ferreira Lima. - João Pessoa, 2018.
81 f. : il.

Orientação: Ítalo Fittipaldi.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ciência política. 2. Emendas individuais - Alocação.
3. Ambição política - Parlamentares brasileiros. I.
Fittipaldi, Ítalo. II. Título.

UFPB/BC

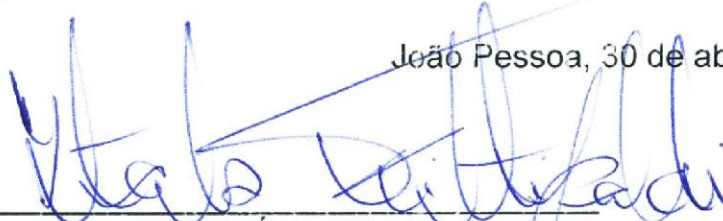


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA 05/2018

Aos trinta dias do mês de abril de 2018, às 15 horas, na Sala do PPGCPRI do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, reuniu-se a Banca Examinadora, constituída pelos Professores Doutores Ítalo Fittipaldi (orientador), Samir Perrone de Miranda e José Alexandre da Silva Júnior para examinar a defesa da Dissertação do aluno **Albany Ferreira Lima**, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, intitulada **"O interessado dá um jeito: a relação entre ambição política e alocação de emendas individuais no Brasil"**. O candidato realizou uma exposição oral de trinta minutos e, após, foi arguido pelos professores da banca. Concluída a arguição, os membros da Banca Examinadora atribuíram as seguintes menções ao candidato: Ítalo Fittipaldi APROVADO, Samir Perrone de Miranda APROVADO, José Alexandre da Silva Júnior APROVADO, obtendo a menção final APROVADO. Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo candidato:

João Pessoa, 30 de abril de 2018.



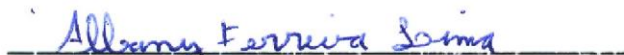
Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi
PPGCPRI/UFPB (Orientador)



Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda
PPGCPRI/UFPB



Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior
UFAL



Albany Ferreira Lima

Observações:

AGRADECIMENTOS

Embora seja difícil listar todas as pessoas que contribuíram de alguma maneira para a concretização deste trabalho, é importante destacar algumas delas, sem as quais, teria sido muito mais difícil concluir este trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço à minha esposa Adriana Maria, pelo total apoio que recebi em minha escolha de carreira, mesmo que isso represente muitos sacrifícios, custos e ter que viver distante por alguns tempo.

Sozinhos não adquirimos conhecimento. Ao longo da carreira acadêmica, alguns professores se tornaram amigos. Agradeço aos amigos Prof. Dr. Ranulfo Paranhos e Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior, sem os quais, certamente, eu teria muitas dificuldades para chegar ao mestrado. Também agradeço ao amigo e orientador Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi. Sempre disponível para tirar minhas dúvidas acerca desta dissertação, e tomar aquele café acompanhado de uma boa conversa.

Agradeço também o apoio dos amigos Leonardo Rodrigues, Willber Nascimento e Erikson Calheiros, sempre dispostos a discutir os problemas, me ajudando a encontrar as soluções adequadas. Agradeço aos amigos Suzana Alves e Denisson Silva, pelo apoio em minha busca por um doutorado.

Agradeço aos colegas de turma, em especial as amigas Dayane Rossy e Rayza Torres. Com as quais dividi as angústias e preocupações na busca por uma formação de qualidade. E também ao professor Prof. Dr. Henrique Menezes pela ajuda concedida que facilitou minha estadia em João Pessoa.

Agradeço os professores do PPGCPRI que contribuíram para minha formação e a bolsa Capes, que recebi por um ano.

E também, agradeço à minha família pela torcida e incentivo.

Obrigado a todos!

Longe é o lugar onde você não quer ir...

RESUMO

Qual o efeito da alocação das emendas individuais sobre a ambição política dos Deputados Federais brasileiros? Com o objetivo de responder esta questão, esta dissertação busca estimar o efeito da alocação de emendas individuais sobre a ambição política dos parlamentares brasileiros. A investigação se deu sobre a 54ª Legislatura (2011 e 2015) da Câmara dos Deputados, e abrange dados sobre as emendas individuais, o resultado de votação dos deputados e sua experiência na Câmara dos Deputados e em cargos eletivos no Executivo. Metodologicamente, foram utilizados estatística descritiva e multivariada para testar a hipótese de que a concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre escolha da ambição política. Os resultados encontrados revelam que a correlação é positiva, porém, a baixa significância estatística do modelo levou a rejeição da principal hipótese. Esta dissertação contribui ao testar hipóteses da literatura acerca da escolha de carreira dos parlamentares, e sua alocação de emendas individuais.

Palavras-chave: ambição política, emendas individuais, Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

What is the effect of the allocation of individual amendments on the political ambition of Brazilian Federal Deputies? In order to answer this question, this dissertation tries to estimate the effect of the allocation of individual amendments on the political ambition of Brazilian parliamentarians. The investigation took place on the 54th Legislature (2011 and 2015) of the Chamber of Deputies, and covers data on individual amendments, the result of the vote of the deputies, and their experience in the Chamber of Deputies and in elective positions in the Executive. Methodologically, descriptive and multivariate statistics were used to test the hypothesis that the concentration of individual amendments has a positive effect on the choice of political ambition. The results show that the correlation is positive, however, the low statistical significance of the model led to the rejection of the main hypothesis. This dissertation contributes to the test of hypotheses in the literature about the career choice of parliamentarians, and their allocation of individual amendments.

Keywords: political ambition, individual amendments, House of Representatives.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Experiência do parlamentar X resultado da candidatura	41
Tabela 2: Experiência do parlamentar X experiência eletiva no Executivo	41
Tabela 3: Resultado da candidatura X experiência eletiva no Executivo.....	42
Tabela 4: Dominância X experiência do parlamentar	43
Tabela 5: Dominância X resultado da candidatura.....	43
Tabela 6: Dominância X experiência eletiva no Executivo	43
Tabela 7: Dominância X concentração de emendas.....	44
Tabela 8: Concentração de votos X experiência do parlamentar	44
Tabela 9: Concentração de votos X resultado da candidatura.....	45
Tabela 10: Concentração de votos X experiência eletiva no Executivo.....	45
Tabela 11: Concentração de votos X concentração de emendas	46
Tabela 12: Dominância X concentração de votos	49
Tabela 13: Ambição política X experiência do parlamentar	58
Tabela 14: Ambição política X experiência eletiva no Executivo	59
Tabela 15: Ambição política X concentração de votos	60
Tabela 16: Ambição política X dominância	60
Tabela 17: Ambição política X concentração de emendas.....	61
Tabela 18: Tabela de classificação – modelo nulo	68
Tabela 19: Tabela de classificação – modelo ajustado.....	68
Tabela 20: Variáveis na equação	69
Tabela 21: Testes de coeficientes de modelo Omnibus.....	70
Tabela 22: resumo do modelo	70
Tabela 23: Teste de Hosmer e Lemeshow	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Partidos com representação na CD em 2010.....	37
Gráfico 2: Resultado das candidaturas durante a 54ª Legislatura por partido.....	37
Gráfico 3: Número de emendas aprovadas por partido.	38
Gráfico 4: Emendas pagas por partido.	39
Gráfico 5: Percentual de emendas pagas a estados.....	39
Gráfico 6: Percentual de emendas pagas a municípios.....	39
Gráfico 7: Concentração de emendas por concentração de votos.	46
Gráfico 8: Histograma da concentração votos.....	47
Gráfico 9: Histograma da dominância.....	48
Gráfico 10: Concentração votos por dominância.	48
Gráfico 11: Tipos de ambição.	52
Gráfico 12: Cargos eletivos disputados.	53
Gráfico 13: Resultado da candidatura por ambição.....	54
Gráfico 14: Dominância por ambição política.	55
Gráfico 15: Concentração por ambição política.	55
Gráfico 16: Número de emendas aprovadas por ambição política.	56
Gráfico 17: Número de emendas pagas por ambição política.	58
Gráfico 18: Percentual de municípios para que destinou emendas por ambição.	62
Gráfico 19: Percentual de emendas destinadas a estados por ambição.	63
Gráfico 20: Percentual de municípios em que recebeu votos por ambição.....	64
Gráfico 21: Percentual de emendas pagas.	65
Gráfico 22: Razão de chance.	69
Gráfico 23: Probabilidade prevista X dominância.	72
Gráfico 24: Probabilidade prevista X concentração de emendas.	73
Gráfico 25: Probabilidade prevista X percentual de emendas pagas.....	73
Gráfico 26: Experiência no Executivo X Ambição política.	74
Gráfico 27: Experiência no Executivo X grupo previsto.	74
Gráfico 28: Ambição política	75
Gráfico 29: Grupo previsto.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo Vicioso da Ambição	19
Figura 2: Competitividade e Poder Decisório do Legislativo	20
Figura 3: Índice de concentração de Herfindhal- Hirschman.....	33
Figura 4: Indicador de dominância média	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Argumentos sobre ambição política	21
Quadro 2: Principais Argumentos sobre emendas.....	29
Quadro 3: Desenho de Pesquisa	30
Quadro 4: Relação de variáveis para construção do banco de dados	32
Quadro 5: Significância da relação entre as VI	50
Quadro 6: Significância da relação entre a VD e as VI.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REVISÃO DA LITERATURA	15
1.1 Teoria da ambição política e as metas eleitorais dos parlamentares brasileiros	15
1.1.1 A Teoria da Ambição política	15
1.1.2 Metas eleitorais dos Parlamentares Brasileiros	17
1.2 Emendas parlamentares	22
1.2.1 Elaboração do orçamento brasileiro	22
1.2.2 Alocação de recursos nas bases e a reeleição	24
1.3 A conexão eleitoral	27
2 METODOLOGIA	30
2.1 Problemas de pesquisa	30
2.2 Objetivos.....	30
2.3 Hipóteses.....	31
2.4 Recorte temporal e variáveis	31
2.5 Técnicas de Análise	35
3 COMPREENDENDO OS DADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	36
3.1 Os partidos políticos e a distribuição de emendas individuais.....	36
3.1.1 Partidos políticos	36
3.1.2 Emendas individuais.....	39
3.2 A experiência do parlamentar na CD e no poder Executivo.	40
3.3 Dominância dos distritos e concentração de emendas	42
3.3.1 Dominância distritos x variáveis do modelo	42
3.3.2 Concentração de votos x variáveis do modelo	44
3.3.3 A relação entre concentração de emendas e dominância dos distritos.....	47
3.4 Resumo das análises de correlação	50
4 AMBIÇÃO POLÍTICA: análise da 54ª Legislatura	51
4.1 Análise descritiva.....	51
4.1.1 Ambição política, cargos eletivos e resultado das candidaturas.	51
4.1.2 Dominância e concentração.....	54
4.1.3 Emendas aprovadas e emendas pagas.	56
4.2 Análise da relação entre a variável dependente e as variáveis independentes ...	58
4.2.1 Associação entre variáveis	58

4.2.2	Variáveis contínuas categorizadas pela ambição política	61
4.3	Resumo das análises de associação	65
5	MODELO DE ANÁLISE: O QUE EXPLICA A AMBIÇÃO POLÍTICA?	67
5.1	Modelo de regressão logística	67
5.1.1	Resultados da Regressão Logística.	67
5.1.2	Testes de ajustes do modelo.	70
5.2	Considerações sobre o modelo.....	71
5.2.1	Previsibilidade das variáveis contínuas.	71
5.2.2	Previsibilidade das variáveis categóricas.	74
CONCLUSÃO.....		76
REFERÊNCIAS.....		78

INTRODUÇÃO

Qual o efeito da alocação das emendas individuais sobre a ambição política dos Deputados Federais brasileiros? Frequentemente, a literatura especializada norte-americana investiga como as ambições políticas dos congressistas afetam a estratégia de alocação de recursos (ARNOLD, 1990; YOUNG, 2005). Portanto, o debate concentra-se na identificação das metas do congressista. Segundo Fenno (1978), um dos caminhos mais promissores para isso é analisar a distribuição de *pork-barrel* (no nosso caso, as emendas individuais) em meio às bases eleitorais.

Apesar das incertezas eleitorais, isso não impede que o parlamentar concentre a maior soma dos recursos naquilo que deseja alcançar (YOUNG, 2005; HEITSHUSEN *et al.*, 1999). Desta forma, os estudos concentram-se em dois polos de investigação: a escolha de uma ambição política e a alocação dos recursos. Segundo a literatura especializada norte-americana, na medida em que estão correlacionados, a alocação assume diferentes padrões de acordo com a ambição parlamentar.

Curiosamente, no Brasil, a relação entre ambição política e emendas individuais foi mais pressuposta que investigada. Com algumas exceções, os trabalhos partem da premissa de que os deputados possuem uma única ambição: reeleger-se (SANTOS, 1999; SAMUELS, 2000a). Ao que parece, essa posição minimiza a preocupação dos nossos pesquisadores com o efeito das diferentes ambições políticas. A maioria dos trabalhos discute apenas o impacto do *status* de *incumbent* (parlamentar reeleito) na probabilidade de reeleição (LEONI, PEREIRA e RENNO, 2004; SAMUELS, 2003; PEREIRA e RENNO, 2001).

Vale ressaltar, entre as exceções, está o trabalho de Leoni, Pereira e Rennó (2003), cujo objetivo central foi explicar as características das escolhas dos deputados na eleição de 1998. Entretanto, esse trabalho não investiga a distribuição de emendas individuais. Em especial, porque a ambição política é considerada uma função da alocação e não o inverso. Logo, fica ausente uma discussão de como a alocação de emendas dos parlamentares se correlaciona com a ambição política que eles assumem.

Esta pesquisa examina o efeito das diferentes ambições sobre a alocação das emendas individuais ao orçamento no Brasil. Em particular, o objetivo é estimar se a recandidatura (ambição estática) ou a pretensão a cargos eletivos no Executivo e no Senado (ambição progressiva) influencia as estratégias de alocação de emendas individuais. A hipótese de

trabalho sustenta que a concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política. A investigação se dará sobre a 54ª Legislatura (2011 e 2015) da Câmara dos Deputados.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos: o primeiro contempla uma revisão da literatura, abordando a teoria da ambição política e as metas eleitorais dos parlamentares brasileiros, as emendas individuais e a alocação de emendas nas bases eleitorais, bem como o conceito de conexão eleitoral. O objetivo é demonstrar quais são as escolhas de carreira que os parlamentares dispõem, os recursos orçamentários que eles têm acesso e como podem ser utilizados em sua conexão com seus eleitores para objetivos eleitorais. O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada no trabalho, especificando o desenho de pesquisa, o problema de pesquisa, os objetivos, as hipóteses testadas, bem como, apresenta o recorte temporal e as técnicas de mensuração das variáveis do modelo.

O terceiro capítulo faz a análise descritiva e testes de correlação estatística nas variáveis independentes e de controle, e o quarto capítulo trata da análise da variável dependente e sua relação com as demais. O objetivo é responder algumas questões levantadas no trabalho, através da análise de correlação entre as variáveis. Por fim, o quinto capítulo apresenta a análise de um modelo de regressão logística, que testa a relação entre as variáveis, apresentando a contribuição individual de cada variável independentes na explicação da variável dependente. Os resultados apontam para a baixa significância estatística do modelo, levando a rejeição da hipótese de que padrões de alocação de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Teoria da ambição política e as metas eleitorais dos parlamentares brasileiros

"Ambition lies at the heart of politics. Politics thrive on the hope of preferment and the drive for office" (SCHLESINGER, 1966, p. 1).

Esta seção apresenta a discussão acerca dos fundamentos da teoria da ambição política, seu surgimento e a evolução em sua aplicação, abordando rapidamente o caso norte americano, onde a teoria surgiu, e por sua adaptação para o caso brasileiro. Em seguida, serão debatidas as metas eleitorais dos parlamentares brasileiros.

1.1.1 A Teoria da Ambição política

Embora desde Downs (1999) a reeleição seja comumente apontada como a principal meta, a fragmentação desta ideia foi o ponto de partida para os estudos sobre os determinantes das carreiras políticas. Os estudos sobre ambição iniciam-se com o seminal trabalho de Schlesinger (1966). Esse autor é um dos primeiros a incluir no tema da ambição política o exame da "opportunity structure", ele analisou a relação entre esta estrutura e variáveis como organização do partido e concorrência interpartidária.

A conquista de um cargo é um dos objetivos observáveis na política. Considerando que todo o sistema político se organiza em torno dessa estrutura de oportunidades, o estudo das ambições de carreira permite um melhor entendimento do funcionamento da política em seu sentido mais amplo a partir de metas observáveis, e em certa medida mensuráveis (CORRÊA, 2016). O que torna a ambição de carreira um objeto da Ciência Política é o fato de que essas escolhas são limitadas por um contexto institucional que define a chamada estrutura de oportunidades, construída a partir da interação dos políticos com os seus pares, bem como a partir da interação entre as expectativas dos agentes e a opinião pública (SCHLESINGER, 1966).

Parte-se do pressuposto de que esses padrões identificáveis de carreira política são melhor compreendidos a partir de uma abordagem neoinstitucionalista, segundo a qual as regras e os procedimentos definidos pelo contexto institucional condicionam as escolhas individuais de carreira (CORRÊA, 2016). Portanto, a partir da definição de uma hierarquia de preferências,

os indivíduos buscarão maximizar a utilidade de obtenção de determinado cargo aspirando a sobrevivência política.

De acordo com a abordagem da teoria da ambição política, as estratégias de sobrevivência política serão definidas a partir da sua ambição em relação aos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. Em vista disso, a estrutura só pode ser plenamente compreendida a partir do ponto de vista dos indivíduos, e de como eles se comportam em relação aos condicionantes institucionais que organizam o sistema político, definindo dinâmicas específicas de competição por determinados cargos, e definindo competências e benefícios de obtenção de determinados cargos (CORRÊA, 2016).

Vale ressaltar que a classificação da Ambição Política dos parlamentares adotada neste trabalho segue a classificação clássica da literatura especializada (SCHLESINGER, 1966; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; ROHDE, 2012; PEREIRA e RENNÓ, 2013): a ambição regressiva ocorre quando o parlamentar se candidata a um cargo no legislativo estadual; a ambição estática quando o parlamentar se candidata à reeleição e a ambição progressiva quando ele se candidata a cargos com acesso a melhores benefícios (salários, verbas, equipes maiores), como o cargo de Senador, Prefeito¹ ou Presidente da República. Como última opção, o parlamentar pode não se candidatar.

Segundo Black (1972), à medida que os custos relativos a conquista de um cargo eletivo aumentam, os benefícios decorrentes desse posto deveriam crescer mais que os custos, de modo que os benefícios sejam superiores aos que se tinha acesso anteriormente. Caso isso não fosse verdade, o indivíduo racional não se sentiria atraído para cargos de conquista mais custosa. Rohde (2012), por sua vez, partiu da discussão teórica sobre ambição progressiva, e com um foco empírico deputados federais norte-americanos entre os anos de 1954 e 1974, e as suas decisões acerca da disputa ou não de uma cadeira no *U.S. Senate* ou no governo do seus estados. O autor examinou se os membros que tiveram chances, aproveitaram ou não a oportunidade de competir.

Schlesinger (1966), Black (1972) e Rohde (2012) tinham como preocupação principal a ambição política dos congressistas norte-americanos. Ou seja, a preocupação dos autores não tinha como foco uma análise mais abrangente, incluindo outros contextos institucionais.

¹ O cargo de Prefeito, por vezes, é tido como ambição progressiva, porém alguns consideram que pequenas prefeituras configurariam uma ambição estática. Em nosso caso, adotamos o cargo de prefeito como ambição progressiva, pois, acreditamos que seria ilógico para um político abrir mão de metade do mandato com bons benefícios para assumir outro cargo eletivo com menos benefícios que o seu.

Entretanto, a possibilidade de analisar a ambição dos políticos de acordo com sua estrutura de oportunidades, permite que a teoria seja aplicada em outros países.

No contexto norte-americano, o debate sobre a teoria da ambição política se expandiu. Rohde (2012), e posteriormente Brace (1984) argumentam que a decisão de se candidatar é uma função da probabilidade de vitória, ganhos, custos e aversão ao risco. Outros autores também trouxeram importantes contribuições que ampliam estes quatro elementos. Primeiro, Froman (1967) argumenta que a *seniority* (antiguidade) legislativa torna outros cargos menos atrativos para os parlamentares. Já Riker e Ordeshook (1973) acreditam que indivíduos com iguais estruturas de oportunidades podem assumir ambições distintas. Rohde (2012) afirma que o poder de decisão e execução dos cargos altera sua capacidade de atração. Stokes e Miller (1962), Ferejohn (1977) e Hinckley (1980) acreditam que ambição política é influenciada pela reputação que o deputado conseguiu construir em suas bases. Para Jacobson (1989) a presença de um desafiante qualificado na disputa diminui a chance de vitória. Goodliffe (2001) e Carson (2005) apontam que a margem de vitória e a eficácia dos gastos de campanha em eleições passadas indicam a segurança eleitoral do parlamentar. Portanto, há um conjunto variado de elementos utilizados para investigar como os legisladores determinam a sua ambição.

1.1.2 Metas eleitorais dos Parlamentares Brasileiros

De acordo com Correa (2016), um sistema federativo com três níveis de governo, como o caso brasileiro, dificulta “as escolhas de carreira, especialmente pela possibilidade de se transitar entre os diferentes níveis de acordo com o cálculo que leva em consideração os benefícios e custos associados aos cargos disponíveis, bem como as chances de se conquistar o cargo pretendido” (p. 42).

A teoria da ambição política foi aplicada no caso brasileiro inicialmente por Santos (1999, 2003), Samuels (2000b, 2002, 2003), Pereira e Rennó (2001; 2003; 2007; 2013) e Leoni, Pereira e Rennó (2003, 2004). De acordo com Samuels (2003, p. 16-17), “ao avaliar uma potencial oportunidade de trabalho, um político ambicioso poderia fazer três perguntas: (1) O quanto vale para mim?; (2) Quais são as minhas chances ?; e (3) O que isso vai me custar?”.

Leoni, Pereira e Rennó (2004) e Pereira e Rennó (2003; 2001) defendem que no Brasil a taxa de reapresentação para disputa da renovação da vaga na Câmara é próxima a taxa de candidatura de deputados para qualquer outro cargo. Segundo estes autores, um dos fatores que

explica este equilíbrio é o risco e o custo envolvido em uma carreira progressiva. Numa ambição estática, estes elementos são menores e a chance de vitória é maior. Esse mesmo argumento sustenta que os recursos parlamentares, em especial o *pork-barrel*, são de fundamental importância para o sucesso eleitoral e a escolha da carreira política (AMES 1995; PEREIRA e RENNÓ, 2003). Portanto, a ambição política seria o resultado de um cálculo do parlamentar frente a sua estrutura de oportunidades.

Analisando os incentivos eleitorais para as escolhas de carreira, nos confrontamos com a sabedoria convencional de que uma legislatura profissional e institucionalizada é um dos principais motivos para que os *incumbents* busquem a reeleição. Todavia, Pereira e Rennó (2013) argumenta que a razão central para a busca da reeleição é o instinto de sobrevivência, logo, ela seria a melhor solução para tentar assegurar sua própria sobrevivência política.

Segundo Pereira e Rennó (2013), no Brasil os benefícios são fixos para os deputados que buscam a reeleição. Eles são representados por regalias relacionadas com o trabalho e influência sobre as decisões políticas. Já os custos podem ser medidos em termos de gastos de campanha, energia e vontade de se envolver na campanha e possíveis prejuízos gerados pelo rótulo de perdedor. Já com relação aos cargos superiores, os *pay-offs* referem-se principalmente as vantagens ligadas à manutenção desses cargos: cargos de nível Executivo, em qualquer nível da federação, oferecem os mais elevados benefícios. Os cargos no Senado, por exemplo, também têm grandes vantagens, entre elas um financiamento mais elevado, equipe e mandatos mais longos. Logo, os benefícios associados a esses e outros postos oferecem sempre um incentivo a mais. O contrapeso é o risco maior envolvido na ambição progressiva. Em geral, os cargos para o Executivo envolvem disputas majoritárias, o que significa que apenas um candidato poderá vencer. Desse modo, haveria um acirramento da competição eleitoral e a elevação do custo de campanha.

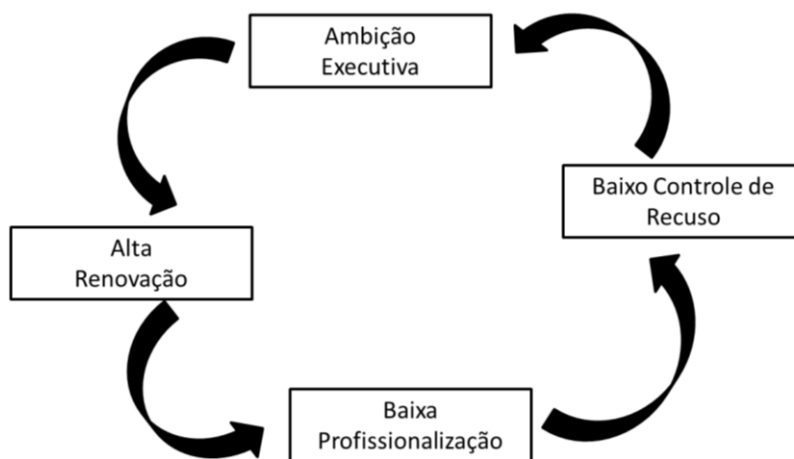
Mayhew (1974) argumenta que a reeleição é uma meta que orienta o comportamento legislativo. Esta premissa influenciou parte dos trabalhos que analisaram a ambição dos parlamentares brasileiros. Embora isso ajude a compreender o comportamento político que favorece o sucesso eleitoral dos parlamentares com ambição estática, haveria um importante problema, pois, isso limita a análise a apenas um dos casos possíveis previstos pela teoria, deixando as outras opções de lado.

Contudo, apenas sob pesadas críticas é possível afirmar que a reeleição é a principal meta dos congressistas brasileiros (SANTOS, 1999; SAMUELS, 2000a). A maior fonte de

controvérsia é a desigualdade de poder entre o Legislativo e o Executivo. Segundo Santos (2003), esse fato leva os políticos que ambicionam alcançar efetiva capacidade no processo decisório a se desinteressar pelo desenvolvimento de uma carreira direcionada para o Legislativo. Essa relação se caracteriza por um aumento excessivo do poder decisório do Executivo. Por sua vez, o Legislativo se restringe a ratificar as ações desse último. Essa configuração torna a ambição política parlamentar enviesada para um cargo Executivo (ambição progressiva), isso, devido à concentração de poder e à quantidade de recursos ali disponíveis.

Adicionalmente, Samuels (2000a) defende que o fenômeno a ser analisado no Brasil é a renovação e não a reeleição. Para ele, a Câmara dos Deputados não oferece grandes vantagens para os parlamentares. Dentre os desincentivos soma-se a baixa capacidade decisória e os poucos recursos, tornando o *incumbent* desmotivado e frágil (SAMUELS, 2003). O resultado é a formação de um ciclo vicioso (Figura 1): o Legislativo não é atraente para os seus principais quadros e a renovação torna-o ainda mais frágil no processo de formulação de políticas públicas, o que gera baixa capacidade de atração.

Figura 1: Ciclo Vicioso da Ambição



Fonte: Elaboração do autor.

Entretanto, Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012) verificaram que existe um crescimento na taxa de deputados que se candidatam a reeleição entre 1990 e 2006. Segundo eles, “em alguma medida, esse achado contraria o prognóstico de que os cargos Legislativos não são atraentes” (SILVA JÚNIOR e FIGUEIREDO FILHO, 2012, p. 204). O curioso é que os autores observaram que quanto maior proporção de deputados que se candidataram à

reeleição, menor são as chances de sucesso na eleição. Logo, supostamente, a candidatura à reeleição no Brasil aumentaria a concorrência entre os deputados, os levando a reduzir, entre si, as chances de sucesso nas campanhas (SILVA JÚNIOR e FIGUEIREDO FILHO, 2012).

Samuels (2000) foi um dos primeiros a tentar explicar a renovação na Câmara dos Deputados. Para ele, a ambição política progressiva dos parlamentares e a dinâmica da competição eleitoral explicariam a renovação. Ou seja, os deputados brasileiros teriam sempre uma ambição voltada para cargos no Executivo. Adicionalmente, de acordo com Santos (2003), o Legislativo possui uma capacidade decisória reduzida e uma alta competitividade, esta combinação levaria a uma redução no seu poder atrativo. Para Silva Júnior e Figueiredo Filho “A centralização dos poderes de agenda pelos líderes e pelo poder Executivo reduz a capacidade dos parlamentares influenciarem o processo legislativo. O resultado é uma renovação crônica e a consequente ausência de profissionalização dos parlamentares” (2012, p. 201). Contudo, dentro do legislativo, existem determinados cargos que concedem um maior poder político a quem os ocupa. De acordo com Silva Júnior e Figueiredo Filho “embora as ondas de renovação sejam bastante robustas, elas não atingem os centros de comando” (*ibidem*, 2012, p. 209).

Segundo a literatura, a decisão quanto a permanecer ou não no Congresso depende de um cálculo individual feito por cada parlamentar, nele, os principais determinantes são o valor esperado do mandato e a expectativa de permanecer no parlamento. Consequentemente, a capacidade da Câmara de reter os políticos na casa relaciona-se positivamente com as oportunidades de intervir no processo decisório. Portanto, quanto maior o poder de agenda do legislativo, maior será seu poder de retenção. Além disso, a disposição do deputado de se reapresentar ao eleitorado e adquirir um novo mandato depende do maior ou menor risco de perder a vaga para um desafiante na disputa eleitoral (SANTOS, 2003).

Figura 2: Competitividade e Poder Decisório do Legislativo

		Poder Decisório	
		Alto	Baixo
Competitividade	Alta	1	2
	Baixa	3	4

Fonte: SANTOS, F. 2003, pág. 131.

É natural imaginar que o padrão de recrutamento e retenção de legisladores será diferente em cada uma das possibilidades expostas na Figura 2. Santos (2003) exemplifica que se em determinado sistema político, os legisladores se reelegem com uma relativa facilidade e o Legislativo define a agenda pública, então, é provável que o parlamento seja ocupado por membros que desejam fortemente investir na carreira parlamentar. Esta combinação aparece no Quadrante 3, que corresponde a uma baixa competitividade eleitoral e alto poder decisório do Legislativo. Por outro lado, a tarefa de obter um novo mandato é difícil para os parlamentares, além disso, o Executivo possui enorme poder de agenda, o que anula o Legislativo como *locus* decisório relevante, logo, espera-se um certo descompromisso dos membros para com a instituição legislativa. Isso aparece no Quadrante 2, que corresponde a alta competitividade eleitoral e baixo poder decisório.

Para Cunow *et al.* (2012) as políticas do tipo *pork-barrel* foram fundamentais para assegurar que o Executivo mantivesse a maioria de seus poderes adquiridos na Constituição de 1988. Eles mostraram que os legisladores com perspectivas de carreiras mais longas, na verdade, foram menos propensos a apoiar qualquer fortalecimento do setor legislativo. E ainda que a necessidade dos legisladores em curto prazo por *pork* superou seu interesses a longo prazo por uma instituição mais forte. Ou seja, a ambição estática levou a um Congresso fraco, em vez de uma forma mais institucionalizada ou profissionalizada.

O Quadro 1 resume os principais argumentos da literatura.

Quadro 1: Principais Argumentos sobre ambição política

Autores	Argumentos
Black (1972), Rohde (2012), Brace (1984)	A decisão de se candidatar é uma função da probabilidade de vitória, ganhos, custos e aversão aos riscos envolvidos na disputa.
Froman (1967)	A <i>seniority</i> (antiguidade) legislativa torna outros cargos menos atrativos para os parlamentares.
Santos (2003) e Samuels (2003)	A desigualdade de poder entre o Executivo e o Legislativo gera baixa capacidade de atração para o congresso.
Rohde (2012)	O poder de decisão e execução dos cargos altera a capacidade de atração.
Stokes e Miller (1962), Ferejohn (1977) e Hinckley (1980)	A ambição política é influenciada pela reputação que o deputado conseguiu construir em suas bases eleitorais.
Jacobson (1989)	A presença de <i>incumbent</i> e/ou desafiante qualificados na disputa diminui a chance de candidatura.
Goodliffe (2001) e Carson (2005)	A margem de vitória e a eficácia dos gastos de campanha em eleições passadas alteram a probabilidade do congressista se candidatar.

Fonte: Elaboração do autor.

1.2 Emendas parlamentares

Como vimos na seção anterior, de acordo com Ames (1995) e Pereira e Rennó (2003), o *pork-barrel* é importante para o sucesso nas eleições. Esta seção aprofunda essa discussão, iniciando com uma apresentação de como ocorre o processo de elaboração do orçamento brasileiro, abordando algumas das mudanças que ele tem sofrido desde a promulgação da Constituição de 1988, bem como especificando qual é a participação dos parlamentares neste processo. Em seguida apresentamos o debate específico sobre o uso das emendas individuais.

1.2.1 Elaboração do orçamento brasileiro

De acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) da Câmara dos Deputados, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada com base no Plano Plurianual (PPA), que estabelece o plano para o período de quatro anos, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as metas e prioridade para o ano seguinte. É na LOA que se define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem gastos no País. A Constituição garante ao Executivo a prerrogativa exclusiva de apresentar legislação relativa às matérias orçamentárias, o que inclui o PPA, a LDO e a LOA.

O orçamento que a União elabora na LOA é baseado em uma estimativa acerca dos valores que serão arrecadados. Consequentemente, a execução da LOA é uma possibilidade, e não uma obrigatoriedade (CONOF, 2016). Desse modo, o pagamento dos gastos depende da arrecadação de receita, das prioridades do governo e do cumprimento das metas fiscais. Portanto, mudanças econômicas e fiscais podem acarretar em alterações das previsões do orçamento, o que pode forçar o governo não executar algumas despesas.

A maioria das despesas do governo federal é obrigatória, consequentemente, o governo não tem opção e deve incluí-la no orçamento. Essas despesas têm seu pagamento determinado pela Constituição ou por legislação específica. Entre as despesas que não podem ser alteradas temos como exemplo “as transferências constitucionais para os estados e municípios, o pagamento do funcionalismo público, os gastos com a dívida pública e o pagamento dos benefícios previdenciários” (CONOF, 2016, p. 8).

Após a separação dos recursos para as despesas obrigatórias, passam a ser considerados os valores relativos aos gastos prioritários. Estas despesas são estabelecidas na

LDO como “preferenciais”, assim sendo, elas têm prioridade sobre as demais, ou seja, diante de possíveis cortes de gastos elas ficam mais preservadas, em detrimento dos outros gastos.

A Constituição de 1988 adotou um conjunto de normas para regulamentar a participação parlamentar no processo orçamentário. Ela concedeu ao Congresso Nacional a prerrogativa de alterar, via emendas, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) elaborado pela Presidência da República. “No Parlamento, inicialmente, a proposição é apreciada por uma comissão mista de deputados e senadores que devem preparar a matéria para a deliberação do Plenário do Congresso Nacional” (CONOF, 2016, p. 9).

“Durante a tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO que nossos representantes têm a oportunidade de, em nome dos cidadãos, aperfeiçoar a proposta feita pelo Poder Executivo. Todos deputados e senadores têm direito de participar do Orçamento! Os parlamentares, as bancadas e comissões identificam as localidades onde desejam ver executados os projetos e serviços, bem como inserem novas programações com o objetivo de atender às demandas das comunidades que representam. Essas alterações são processadas por meio de emendas parlamentares, cujo período de apresentação é de 1º a 20 de outubro” (CONOF, 2016, p. 9).

Existem regras e normas para apresentar emendas ao orçamento. Dentro das mais importantes estão a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Orçamento (Lei 4.320/1964), que estatui normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (CONOF, 2016). Essas leis tem o objetivo de assegurar, por exemplo, que o limite de gastos com pessoal seja respeitado, que a criação de despesas de duração continuada tenha uma fonte segura de receitas, que não haja despesa sem receita correspondente e que não haja desvio de recursos para interesses privados (CONOF, 2016).

De acordo com as regras, a quantidade máxima de emendas ao projeto de lei do orçamento (PLOA) varia de acordo com o tipo de autor:

“Cada Deputado Federal (513 no total) e cada Senador (81) podem apresentar até 25 emendas individuais para modificar a programação de despesa do orçamento da União. As comissões permanentes da Câmara e do Senado e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional podem apresentar 8 emendas cada. Já a quantidade de emendas de cada bancada estadual varia de 18 a 23, a depender da quantidade de parlamentares eleitos de cada estado” (CONOF, 2016, p. 10).

Esta dissertação analisa apenas emendas ao orçamento elaboradas até 2014. Contudo houve uma alteração nas regras que podem afetar análises sobre um período posterior:

“A partir do exercício financeiro 2014, instituiu-se na União (primeiro, mediante as LDO’s; depois, por força da Emenda Constitucional nº 86/2015) o regime do “orçamento impositivo” em relação às emendas individuais. Antes disso, as despesas previstas nessas emendas eram de execução discricionária. A partir desse regime, passaram a ser consideradas de execução obrigatória até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. A execução das programações impositivas deve se dar de forma igualitária e impessoal, independentemente da autoria” (CONOF, 2016, p. 10).

O rito para aprovação ou não as emendas acontece da seguinte maneira:

“As emendas parlamentares são apresentadas à Comissão Mista de Orçamento, formada por 11 senadores e 31 deputados, onde são discutidas e votadas. O parecer da CMO é levado a Plenário para ser votado em sessão conjunta com todos os membros das duas Casas do Congresso Nacional. O congresso Nacional aprecia o orçamento de 31 de agosto até o final de cada sessão legislativa, que se encerra em 22 de dezembro. Aprovado, o orçamento é remetido de volta ao Executivo para sanção pelo Presidente da República, transformando-se em Lei. A partir desse momento, inicia-se a fase de execução do orçamento, quando o governo passa a liberar as verbas conforme a necessidade e o planejamento realizado” (CONOF, 2016, p. 10-11).

1.2.2 Alocação de recursos nas bases e a reeleição

De acordo com Mesquita (2008, p. 5), “as emendas ao orçamento seriam uma excelente moeda de troca do Executivo para garantir apoio a sua agenda no Legislativo”. Isso porque os recursos são administrados pelo Executivo, que é o responsável por elaborar PPA, a LDO e a LOA. A forma que os parlamentares dispõem para obter recursos a fim de atender a eventuais demandas de suas bases seria através do pagamento de emendas pelo Executivo. Desse modo, “a execução das emendas individuais seria, portanto, a forma de obter os votos necessários para aprovar as propostas de interesse do Executivo” (MESQUITA, 2008, p. 5). Isso ocorreria porque o Executivo “não conseguiria formar uma coalizão de governo estável e coesa o suficiente para garantir a aprovação de sua agenda no legislativo devido à fragilidade e à fragmentação partidária” (MESQUITA, 2008, p. 5). Estas circunstâncias levariam o Executivo premiar os parlamentares que votam a favor de suas matérias de interesse com o pagamento de emendas (MESQUITA, 2008).

Segundo Mesquita, “Barry Ames é, talvez, o primeiro autor a conectar a discussão da fragilidade partidária ao orçamento, combinando a visão tradicional do clientelismo ao distributivismo” (MESQUITA, 2008, p. 4). Segundo este autor, “os deputados apresentam propostas de emendas orçamentárias com o objetivo de manter seus antigos eleitores e atrair

novos” (AMES, 2003, p. 113), portanto, a distribuição de emendas seria essencial nas estratégias de campanha dos deputados.

O recorte temporal analisado por Ames (2003) se situa no período posterior à aprovação da constituinte, especificamente entre os anos de 1990 e 1992. “Nesse período, o processo orçamentário era extremamente restrito, e apenas um pequeno grupo de parlamentares tinha acesso aos benefícios das emendas. Esse cenário só veio a ser alterado em 1995, com as reformas resultantes da CPI do Orçamento” (MESQUITA, 2008, p. 21-22). Segundo a autora, as mudanças estabeleceram “um número e valor de emendas a que todos os parlamentares têm acesso, independente do partido ou posição na hierarquia da casa e da legenda” (MESQUITA, 2008, p. 22-23).

Pereira e Mueller (2003) analisa um período posterior as mudanças no orçamento de 1995. Os autores defendem a seguinte hipótese:

“os legisladores brasileiros têm votado consistentemente seguindo a indicação dos seus líderes partidários não só devido aos poderes legislativo e de controlar a agenda do Congresso assegurados ao presidente, mas também por perceberem que esse comportamento pode proporcionar acesso a benefícios controlados pelo Executivo, benefícios esses que têm um forte impacto nas estratégias de sobrevivência política dos parlamentares na esfera eleitoral” (Pereira e Mueller, 2003, p. 741).

Seus resultados apontam para a existência de fortes evidências “de que o Executivo tem se utilizado do processo de execução das emendas na LOA para recompensar ou punir os parlamentares de acordo com suas *performances*” (PEREIRA e MUELLER, 2003, p. 742).

Mesquita critica o modelo de Pereira e Mueller, segundo ela:

“A decisão de incluir no modelo apenas as emendas alocadas no município em que cada parlamentar registrou sua maior votação parece duvidosa e enfraquece o argumento dos próprios autores, uma vez que estes não apresentam argumentos para sustentar que o retorno eleitoral de uma emenda executada varie de acordo com o local em que foi executada e, muito menos, desta relação com a concentração de votos” (MESQUITA, 2008, p. 24).

Pereira e Rennó (2001 e 2007) seguem a mesma linha do trabalho de Pereira e Mueller. Além de mensurar o impacto da execução das emendas ao orçamento no sucesso das candidaturas à reeleição, os autores propuseram uma explicação acerca do fenômeno da reeleição. A principal variável explicativa em seu modelo é a execução orçamentária. Contudo, dado “o baixo grau de significância do teste econométrico, não parece possível concluir, como

fazem os autores, que a execução orçamentária afeta significativamente as chances de reeleição” (MESQUITA, 2008, p. 32).

Limongi e Figueiredo (2005), ao estudar o processo orçamentário brasileiro, afirmam que a visão de que os parlamentares são “individualistas e interessados tão-somente em obter votos” é folclórica e caricata. Segundo eles:

“As emendas individuais também não são privilegiadas pelo próprio Legislativo, pois, em termos de recursos alocados, as emendas coletivas e as de relatores têm precedência sobre as individuais. Como a definição do volume de recursos para as emendas individuais é uma decisão interna do Poder Legislativo, tal constatação é suficiente para colocar sob suspeição a noção de que o processo orçamentário é orientado exclusivamente para atender os interesses individuais dos parlamentares” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005, p. 740).

Os autores afirmam ainda que “a relação entre a liberação de recursos para execução das dotações previstas nas emendas individuais e o apoio ao Executivo em votações nominais é sugerida com insistência pela imprensa e por parte da comunidade acadêmica” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005, p. 739). E ainda, que “as emendas individuais são apenas uma das formas pelas quais os parlamentares alteram a proposta orçamentária preparada pelo Executivo” (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005, p. 741).

Contudo é sabido que nem sempre o governo possui os votos necessários no congresso para aprovar suas propostas, muitas vezes a distribuição de cargos em troca de apoio nas chamadas coalizões de governo. Deste modo, para assegurar os votos, não há impedimento para o Executivo caso ele queira premiar, sem fugir das normas, os parlamentares votam a favor de seus projetos. Um dos meios para isso, é fazer o pagamento das emendas individuais aprovadas.

Em todo caso, as verbas das emendas executadas irão beneficiar a população em alguma medida, não havendo um benefício monetário para os congressistas. Portanto, o benefício básico que os parlamentares obtém é a possibilidade de fazer uso de *marketing* em suas campanhas, demonstrado aos eleitores que conseguiu verbas para beneficiar uma determinada localidade.

Mesquita, em sua dissertação buscou “verificar a existência de uma relação entre a execução das emendas que os deputados federais apresentam ao orçamento da União e o sucesso destes nos pleitos subsequentes” (MESQUITA, 2008, p. 3). A autora concluiu em seu trabalho que não é possível afirmar que a execução das emendas seja a conexão entre eleitores e deputados. Ao indagar se as emendas individuais ao orçamento são fundamentais para a reeleição à Câmara dos Deputados, a autora segue o modelo verificado nos demais trabalhos,

deixando de lado as outras opções de carreiras políticas que os parlamentares dispõem. Mesquita ainda conclui que “é tamanha a variedade de municípios que são beneficiados com as emendas por cada parlamentar que não é possível falar em premiação de eleitorado ou manutenção de reduto” (MESQUITA, 2008, p. 73). Veremos no Capítulo 3 que a maior parte das emendas que analisamos são destinadas inicialmente aos estados, o que sugere uma mudança no tipo de alocação dos parlamentares nos últimos anos.

Grande parte da literatura aponta para o uso das emendas como moeda de troca para a reeleição, no entanto, os trabalhos não observam as outras opções de cargos que os parlamentares dispõem. Nesta dissertação, buscamos analisar a alocação de emendas individuais dos parlamentares, ponderada por uma nova variável: a sua ambição política, que pode influenciar os parlamentares no momento da alocação das emendas individuais. Ou seja, o político pode ter outros interesses de carreira além da reeleição, e aplicar seus recursos racionalmente de acordo esses interesses.

Diferente do que tem sido explorado pela literatura especializada, que analisa principalmente as bases eleitorais dos parlamentares que buscam a reeleição, aqui pretendemos analisar geograficamente como estes recursos são alocados, e verificar se existem padrões diferentes (dispersos ou concentrados), e se há relação com o tipo de ambição política escolhida pelos parlamentares. Esta análise será feita nos próximos capítulos, por hora é importante descrever como a literatura explica a conexão entre os parlamentares e suas respectivas bases eleitorais.

1.3 A conexão eleitoral

De acordo com Corrêa (2016) o conceito de conexão eleitoral veio à tona a partir do livro “Congress: The Electoral Connection” de Mayhew em 1974, o foco do livro repousaria sobre o congresso norte-americano. Neste livro, o autor argumenta que os congressistas são “single-minded seekers of reelection” (MAYHEW, 1974, p. 5, *apud* CORRÊA, 2016, p. 15). De acordo com este ponto de vista, “os congressistas precisam orientar o seu comportamento a fim de estabelecer maior contato com as suas bases eleitorais (*constituencies*), podendo-se assumir três formas diferenciadas de conexão: *advertising*, *credit claiming* e *position taking*” (CORRÊA, 2016, p. 15).

As características do modelo eleitoral brasileiro complica a implementação de uma análise similar. De acordo com Corrêa:

“O nosso sistema proporcional de lista aberta e com distritos de grande magnitude permite a composição de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito, diferentemente do caso norte-americano, em que os distritos eleitorais definem claramente qual será a configuração espacial da base eleitoral dos congressistas (CORRÊA, 2016, p. 15).

Ames (2003) foi um dos autores que adaptou as ideias de Mayhew ao caso brasileiro. Ele identificou a existência de dimensões espaciais do desempenho eleitoral dos parlamentares, que seriam a dominância municipal (vertical), relativo “a percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos” (AMES, 2003, p. 65), onde as médias ponderadas mais altas correspondem aos candidatos dominantes, e as médias ponderadas mais baixas correspondem aos candidatos que compartilham os votos em seu município com outros candidatos (AMES, 2003); e a concentração (horizontal), que “calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato tem um bom desempenho. Esses municípios podem estar concentrados, com localidades vizinhas ou próximas, ou dispersos geograficamente” (AMES, 2003, p. 65). Ao se combinar estas dimensões obtêm-se quatro padrões de classificação dos parlamentares, que seriam: “dominantes-concentrados, compartilhados-concentrados, dispersos-compartilhados e dispersos-dominantes” (AMES, 2003, p. 101).

Segundo Corrêa (2016), Carvalho foi um dos primeiros autores a explorar os padrões espaciais de votação de Ames (2003) como parâmetro das conexões eleitorais, onde ele ressalta a importância das conexões para explicar o comportamento dos parlamentares. Segundo Carvalho (2003, *apud* CORRÊA, 2016, p. 16), “os incentivos ao comportamento paroquialista não são preponderantes na conformação da Câmara dos Deputados, ou seja, outros incentivos também estão presentes e devem ser igualmente objeto de investigação”. Carvalho teria demonstrado “que nem todo parlamentar está preocupado com a concessão concentrada de recursos, já que essa orientação vai depender do seu padrão espacial de votação” (CARVALHO, 2003, *apud* CORRÊA, 2016, p. 16-17).

Desse modo, conhecer as bases eleitorais “dos parlamentares torna-se uma etapa fundamental para a compreensão do seu comportamento, ainda que as regras do processo decisório forneçam um significativo grau de coordenação em torno dos interesses partidários” (CORRÊA, 2016, p. 66).

O quadro 2 resume os principais argumentos da literatura acerca das emendas.

Quadro 2: Principais Argumentos sobre emendas

Autores	Argumentos
Parke e Parke (1985)	O desempenho eleitoral e o gasto dos recursos nas bases eleitorais estão correlacionados.
Young (2005)	A variação da alocação de recursos em diferentes modalidades é explicada por características da base eleitoral, pela ambição política e pela reputação construída nas bases.
Carvalho (2003, <i>apud</i> CORRÊA, 2016, p. 16-17)	Nem todo parlamentar está preocupado com a concessão concentrada de recursos
Ames (2003, p. 113)	Os deputados apresentam propostas de emendas orçamentárias com o objetivo de manter seus antigos eleitores e atrair novos
Leoni, Pereira e Rennó (2004)	Em distritos multinominais a focalização torna-se mais difícil porque diferentes parlamentares estarão concentrando recursos nas mesmas ou em circunscrições muito próximas.
Corrêa (2016, p. 15)	“O nosso sistema proporcional de lista aberta e com distritos de grande magnitude favorece a conformação de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito”.

Fonte: Elaboração do autor.

2 METODOLOGIA

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para este trabalho, com o objetivo de permitir a replicação dos resultados (KING, 1995; JANZ, 2015). O quadro a baixo sumariza as informações do desenho de pesquisa:

Quadro 3: Desenho de Pesquisa

Questão de Pesquisa	Qual o efeito da alocação das emendas individuais sobre a ambição política dos Deputados Federais brasileiros?
Objetivo Geral	Estimar o efeito da alocação de emendas individuais sobre a ambição política dos parlamentares brasileiros.
Hipótese Geral	A concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política.
Amostra	Parlamentares da 54ª legislatura (2011 e 2015) da Câmara dos Deputados.
Variável Dependente	Ambição política dos deputados.
Técnicas de Análise	Estatística descritiva, análises de correlação e regressão logística.

Fonte: Elaboração própria

2.1 Problemas de pesquisa

Geral:

Qual o efeito da alocação das emendas individuais sobre a ambição política dos Deputados Federais brasileiros?

Específicos:

- 1 - Qual a relação entre a concentração de votos e a concentração de emendas individuais?
- 2 - Parlamentares com experiência eletiva na Câmara dos Deputados têm ambição progressiva?
- 3 - Parlamentares com experiência eletiva no Executivo buscam ambição progressiva?

2.2 Objetivos

Geral:

Estimar o efeito da alocação de emendas individuais sobre a ambição política dos parlamentares brasileiros.

Específicos:

- 1 - Verificar a relação entre a concentração de votos e a concentração de emendas individuais.
- 2 - Analisar se os parlamentares com experiência na Câmara dos Deputados têm ambição progressiva.

3 - Correlacionar a experiência no Executivo com escolha de ambição política.

2.3 Hipóteses

Geral:

A concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política.

Específicos:

1 - A concentração de votos influencia a concentração de emendas individuais.

2 - A experiência eletiva dos parlamentares na Câmara dos Deputados influencia na escolha da ambição progressiva.

3 – A experiência no Executivo afeta a escolha de ambição política.

2.4 Recorte temporal e variáveis

O recorte temporal foi delimitado em uma legislatura completa da Câmara dos Deputados (54^a), escolhida por ser legislatura mais recente a ser concluída no momento que esse trabalho começou a ser escrito. A vantagem dos dados recentes é que as informações atuais são mais confiáveis. A complexidade na coleta de dados impediu que o número de legislatura incluídos na análise fosse maior, pois, não haveria tempo suficiente para o tratamento dos dados no período imposto para trabalhos de dissertação.

De acordo com a literatura, a alocação de recursos sofre influência de um conjunto variado de aspectos, que abrange desde a performance parlamentar dos atores até as características de suas bases eleitorais. Por isso, o banco de dados a ser utilizado conta com variáveis que buscam dar conta de mensurar estes aspectos. A elaboração do banco de dados é própria, e utiliza dados obtidos nos sites: Portal do Orçamento Federal e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A variável dependente (VD), as variáveis independentes (VI) e as variáveis de controle (VC) utilizadas no modelo estão descritas com mais detalhes no Quadro 4:

Quadro 4: Relação de variáveis para construção do banco de dados

Variável	Nomenclatura	Descrição	Mensuração	Sinal esperado
VD	Ambição política	Classificação da ambição dos parlamentares.	Dicotômica	
VI	Concentração de emendas	Cálculo da concentração de emendas para cada parlamentar.	Contínua / Categórica ²	+
	Concentração de votos	Calculo da concentração da votação na eleição para a 54ª Legislatura.	Contínua / Categórica ¹	+
	Dominância	Dominância da base eleitoral.	Contínua / Categórica ¹	+
	Número de <i>incumbents</i> no Estado	Apresenta a quantidade de <i>incumbents</i> concorrendo a CD no estado do deputado.	Contínua	-
VC	Experiência no Executivo	Classificação dos parlamentares que têm ou não experiência eletiva no Executivo.	Dicotômica	+
	Percentual de emendas pagas	Percentual de emendas pagas pelo Executivo.	Contínua	+
	Experiência do parlamentar	Experiência do parlamentar na Câmara dos Deputados.	Dicotômica	
	Emendas aprovadas	Número de emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.	Contínua	
	Partido político	Partido político do parlamentar no momento da eleição para a 54ª Legislatura.	Nominal	
	Resultado da candidatura	Sucesso e fracasso nas candidaturas após assumir o cargo de Deputado na 54ª Legislatura.	Dicotômica	
	Percentual de municípios para que destinou emendas	Percentual de municípios do estado do parlamentar que receberam emendas.	Contínua	
	Percentual de emendas para estados	Percentual de emendas destinadas a estados.	Contínua	
	Percentual de municípios com votos	Percentual de municípios em que recebeu votos.	Contínua	

Fonte: Elaboração própria.

Para obter a ambição dos parlamentares, precisamos comparar o cargo para o qual eles se candidataram nas eleições seguintes a assumir o mandato de Deputado na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (CD). Comparando o cargo disputado com o cargo de Deputado Federal, é possível definir facilmente o tipo de ambição assumida por eles³. Nesta análise, os

² As variáveis com mensuração Contínua/Categórica são duas variáveis distintas. As categóricas são utilizadas na análise de correlação entre as variáveis, testadas com a técnica do X^2 . As categorias foram criadas de acordo com classificação da literatura pertinente. As contínuas são utilizadas no modelo de regressão logística.

³ Para os Deputados Federais: Ambição estática ocorre quando se candidata à reeleição, ambição progressiva quando se candidatam aos cargos de Prefeito, Senador, Governador e Presidente, por fim, ambição regressiva quando se candidatam aos cargos de Vereador ou Deputado Estadual.

tipos de ambição política que mais interessam são a ambição estática e progressiva, em nosso banco elas recebem os valores 0 e 1, respectivamente.

Aqui cabe um adendo. A classificação de Prefeito como ambição progressiva pode ser questionada, pois nem todas as prefeituras detém um grande orçamento e demais vantagens, ao ponto de ser atrativa para um Deputado Federal, e ser considerada como um progresso em sua carreira. Contudo, acreditamos que não há lógica em um parlamentar eleito abrir mão da metade de seu mandato, e se desgastar numa nova candidatura, para migrar para um cargo que não seja vantajoso para ele. Portanto, classificamos estes casos como ambição progressiva.

A Concentração de emendas e a Concentração de votos foram calculadas através do índice de concentração de Herfindhal-Hirschman (HH). Originalmente, este índice foi formulado com a finalidade de “mensurar uma medida geral de concentração de um determinado segmento de mercado, levando-se em conta a fatia deste mercado que corresponde a cada empresa concorrente” (CORRÊA, 2016, p. 79). No entanto, ele tem sido adaptado pela literatura em Ciência Política para mensurar o grau de concentração espacial da votação dos deputados no nível municipal (TAAGEPERA e SHUGART, 1989; NICOLAU, 2005; e CORRÊA, 2016), ou seja, considerando-se a contribuição da votação em cada município para a sua votação total no estado.

O indicador de concentração HH, neste trabalho foi calculado a partir da seguinte fórmula:

Figura 3: Índice de concentração de Herfindhal- Hirschman

$$HH_i = \sum_{j=1}^n p_{ij}^2 \quad (1)$$

Fonte: Corrêa (2016, p. 79)

“Onde p_{ij} é a proporção de votação de um deputado i no município j ; e n é o número de municípios em que o deputado i foi votado” (CORRÊA, 2016, p. 79). Os resultados obtidos variam entre 0 e 1, dependendo da concentração do parlamentar. Na análise descritiva, estes valores podem ser categorizados em Disperso (entre 0 e 0,5) e Concentrado entre (0,5 e 1).

O Portal do Orçamento foi a fonte de dados para as emendas. A partir destes dados foram calculados o número de emendas provadas, percentual de emendas pagas, o percentual de emendas destinadas a estados, o percentual de emendas destinadas a municípios, bem como o percentual de municípios do estado para onde os deputados destinaram emendas.

A variável experiência do parlamentar foi criada a partir da comparação dos Deputados eleitos para a 54ª com os eleitos para a 53ª Legislaturas. Os parlamentares que foram eleitos nas duas legislaturas são considerados *incumbents* (recebe valor 0) e os eleitos apenas na legislatura 54ª são considerados *challengers* (recebe valor 1).

A variável experiência eletiva no Executivo vai um pouco mais além. Para compô-la, analisamos todos os resultados de eleições disponibilizados pelo TSE antes da 54ª Legislatura, que vão desde 1994 até 2012. Com isso, comparamos os parlamentares analisados com os prefeitos, governadores e presidentes eleitos no Brasil. Caso o parlamentar possua experiência em algum desses cargos ele recebe como resposta 1, para sim, e 0 para não.

Os dados do TSE sobre a eleição da 54ª Legislatura permitiram também compor as seguintes variáveis: partido político, recebendo o nome do partido pelo qual ele foi eleito para o cargo de deputado; resultado da candidatura, que analisa se expressa o resultado da análise se o parlamentar teve sucesso em sua candidatura, independente do cargo escolhido, recebendo valor 1, ou se ele fracassou, recebendo valor 0; a variável percentual de municípios com votos, que exibe o resultado do cálculo sobre o percentual de municípios onde o deputado foi votado em relação a quantidade de municípios do estado; e, pôr fim, o número de *incumbents* no Estado. Esta variável apresenta a quantidade de *incumbents* concorrendo a CD no Estado de cada Deputado.

Para calcular a variável dominância utilizamos o cálculo de dominância média proposto por Ames (2003, p. 65). Como bem descreve Corrêa, o índice “leva em consideração a percentagem da votação do deputado nos municípios, ponderada pelo peso de sua votação neste município em relação ao total de sua votação no estado como um todo” (2016, p. 83-84). A fórmula que utilizamos é ilustrada é figura a seguir:

Figura 4: Indicador de dominância média

$$D_i = \sum_{j=1}^n \left(\frac{v_{ij}}{p_j} * \frac{v_{ij}}{V_i} \right) \quad (2)$$

Fonte: Corrêa (2016, p. 84).

“Onde v_{ij} é o total de votos do candidato i no município j ; p_j é o total de votos válidos para Deputados Federais no município j ; V_i é o total de votos obtidos pelo deputado j em todo o estado, e n é o total de municípios em que o deputado foi votado” (CORRÊA, 2016, p. 84). Os resultados do cálculo representam a dominância do parlamentar, e pode ser categorizado

entre compartilhado e dominante, divididos pela metade da distribuição, onde os parlamentares compartilhados apresentam os valores mais baixos e os dominantes os valores mais altos (cf. AMES, 2003, p. 65).

2.5 Técnicas de Análise

Entre as técnicas de análise, utilizamos gráficos e tabelas que facilitem a compreensão. Entre eles gráficos do tipo dispersão por pontos, barra de erros e diagrama em caixa. Para ir além, através de tabelas de referência cruzada do tipo 2 x 2, fizemos testes de correlação nas variáveis categóricas, através da técnica de qui-quadrado (X^2) e correlação Spearman. O teste X^2 permite descobrir se um conjunto de frequências observadas difere de outro conjunto de frequências esperadas (DANCEY e REIDY, 2013). O sinal da correlação de Spearman indica a direção da correlação entre X (a variável independente) e Y (a variável dependente). Um coeficiente de Spearman igual a zero indica que não há tendência de que Y aumente ou diminua quando X aumenta (CORDER e FOREMAN, 2009).

Para testar a principal hipótese pretende-se estimar um modelo de regressão logística, escolhido por ser capaz de prever e explicar uma variável categórica dicotômica, e também por permitir que as variáveis independentes sejam de qualquer tipo (dicotômicas, ordinais, discretas ou contínuas (HAIR *et al.*, 2009). Além disso, a regressão logística tem ampla aplicação em situações nas quais o principal objetivo é identificar o grupo ao qual pertence um determinado objeto. Entre as aplicações possíveis estão prever qualquer coisa onde o resultado é binário (por exemplo: sim/não). Essas situações incluem o sucesso ou fracasso de um produto novo, decidir se deve ser concedida crédito a uma pessoa ou predizer se uma firma será bem sucedida. Em cada instância, os objetos caem em um dos dois grupos, e o objetivo é prever e explicar as bases para cada membro do grupo de objetos através de um conjunto de variáveis independentes selecionado pelo investigador (HAIR *et al.*, 2009). Em nosso caso, os grupos são os tipos de ambição política.

3 COMPREENDENDO OS DADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Este capítulo trata basicamente das variáveis independentes, descritas na metodologia. O objetivo, a priori, é responder algumas questões específicas da pesquisa, através da descrição, e testes de correlação entre as variáveis. Além disso, iremos analisar a relação entre as variáveis independentes, com o intuito de identificar quais delas são mais precisas para descrever e diferenciar os parlamentares desta análise, e com isso, facilitar a escolha das variáveis que constituirão o modelo de análise que busca responder a principal questão de pesquisa deste trabalho.

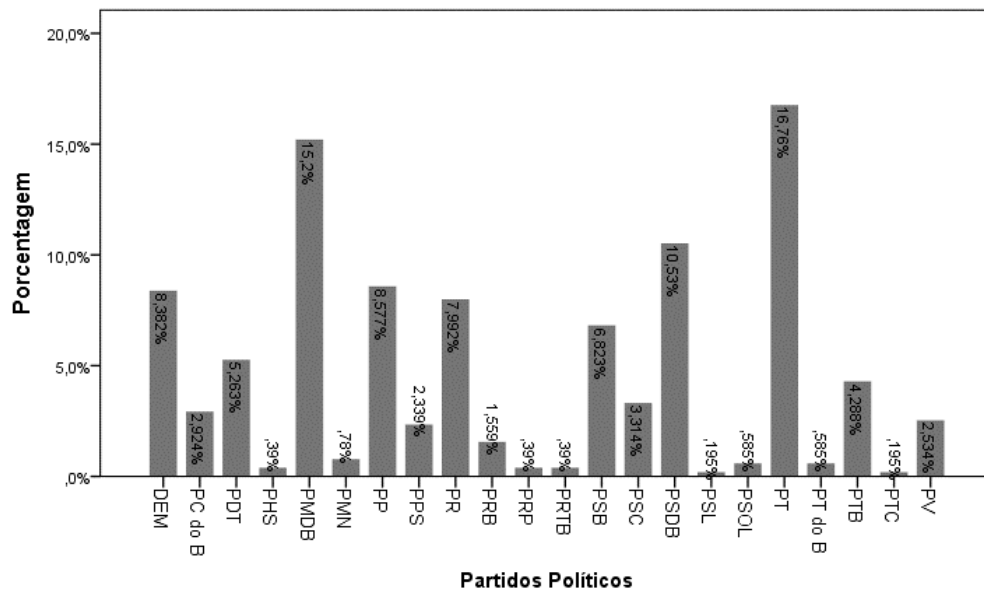
Os parlamentares premiam suas bases com emendas individuais? De acordo com a literatura, este seria o comportamento dos parlamentares, principalmente com o objetivo de manter os eleitores e conquistar novos (AMES, 2003). Outra pergunta que tentaremos responder é a seguinte: Qual a relação entre a concentração de votos e a concentração de emendas individuais? Parlamentares com votações concentradas também concentram as emendas? Veremos a resposta para estas perguntas a seguir.

3.1 Os partidos políticos e a distribuição de emendas individuais.

3.1.1 Partidos políticos

Muitos partidos políticos conseguiram eleger representantes na 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Exatamente, 21 partidos elegeram parlamentares. Destes, os partidos com mais representantes na Casa foram o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Progressista (PP), que elegeram juntos 51,07% das vagas disponíveis. O Gráfico 1, representa a taxa de participação dos partidos dentro da CD.

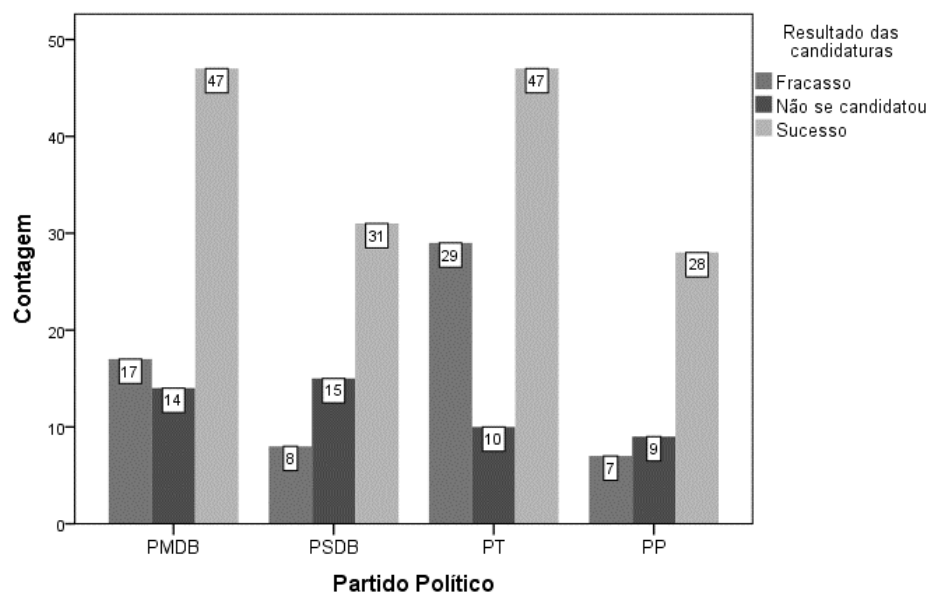
Gráfico 1: Partidos com representação na CD em 2010.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

O Gráfico 2 ilustra a quantidade de parlamentares que obteve sucesso, fracasso e que não se candidatou durante ou ao fim do mandato. Para facilitar a visualização, as ilustrações a seguir demonstram apenas os resultados para os partidos com maior representação na casa. Em todos os partidos, o número de sucesso é superior a 50%. O PP foi o partido com maior número de sucesso nas candidaturas (63,64%), o PT foi o que teve maior taxa de fracasso (38,16%) e o PSDB foi o partido que acumulou maior percentual de aposentadorias (27,78%).

Gráfico 2: Resultado das candidaturas durante a 54ª Legislatura por partido.

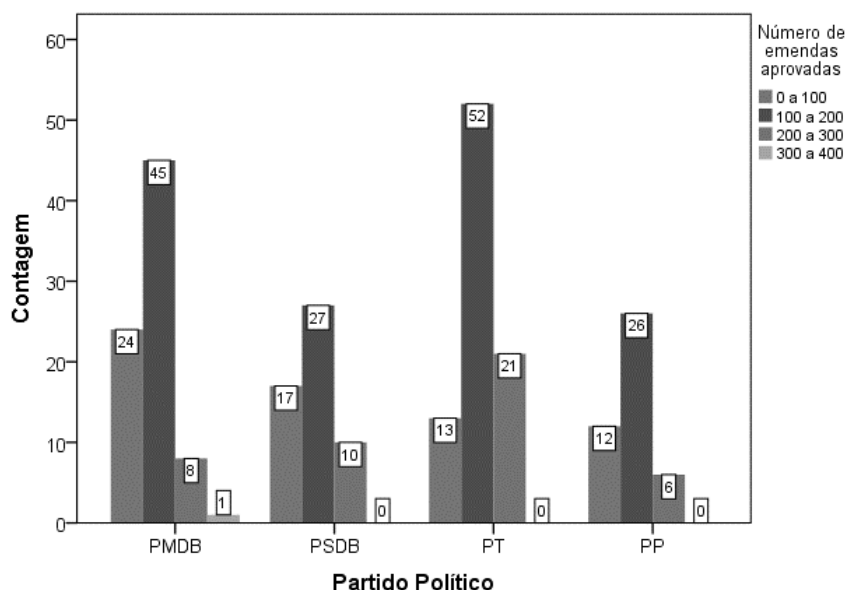


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

O governo distingue os partidos no momento de pagar as emendas? Através de dois gráficos que ilustram a quantidade de emendas aprovadas e a quantidade de emendas pagas tentamos verificar se isso ocorre. A fim de simplificar a compreensão, ilustraremos os quatro partidos com maior representação na Câmara, tendo dentro deles um caso conhecido de partido aliado, o PMDB, que teve o vice-presidente da República durante todo o mandato, e o PSDB, partido assumidamente de oposição ao governo do PT.

O Gráfico 3 apresenta o número de parlamentar de cada partido e o número aproximado de emendas que foram aprovadas por eles. É possível observar que a maioria dos parlamentares aprovou durante todo o seu mandato entre 100 e 200 emendas individuais, o segundo maior número de emendas aprovadas foi de 200 e 300 para o PT, e entre 0 e 100 emendas para os demais.

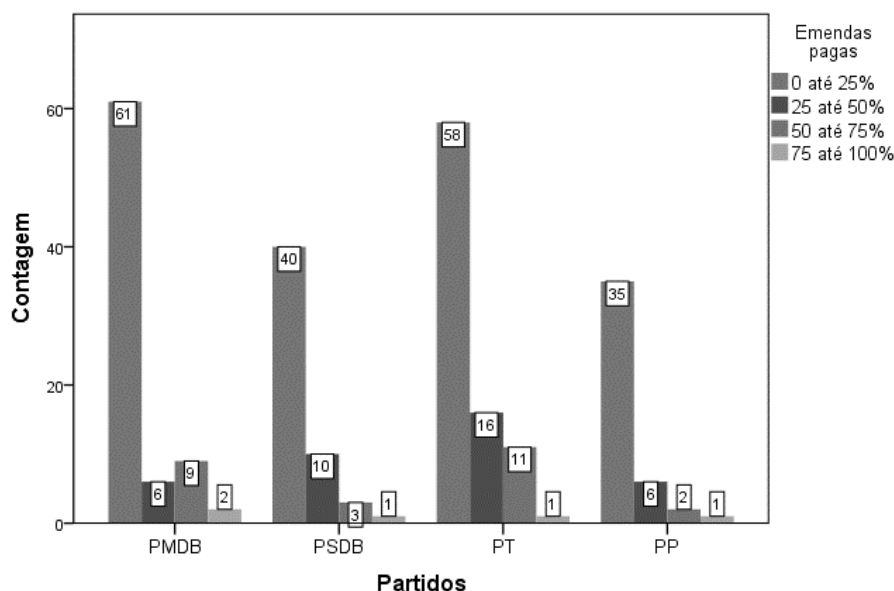
Gráfico 3: Número de emendas aprovadas por partido.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

Em seguida, no Gráfico 4, ilustramos o percentual de emendas pagas para cada partido. A maior parte dos parlamentares, independente do seu partido, teve um total de emendas pagas entre 0 e 25%. O PT contou com um maior número de parlamentares com 25 a 50% e 50 a 75% de emendas individuais, o PMDB teve mais parlamentares entre 0 a 25% e 75 a 100% das emendas pagas. Contudo, o PSDB, mesmo sendo oposição ao governo, obteve mais parlamentares com 25 a 50% de emendas pagas, ultrapassando o PMDB, da base do governo na ocasião.

Gráfico 4: Emendas pagas por partido.



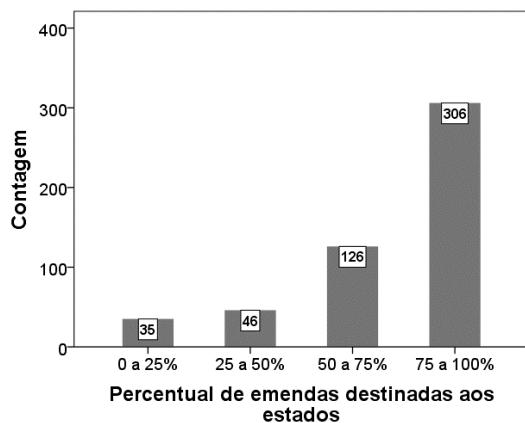
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

Portanto, podemos constatar que, neste caso específico, o PSDB, um partido de oposição que aprovou um grande número de emendas individuais na CD teve um percentual de emendas pagas similar aos dois partidos do governo, PT e PMDB. Ao que parece, o governo não diferencia os parlamentares pelo seu partido.

3.1.2 Emendas individuais

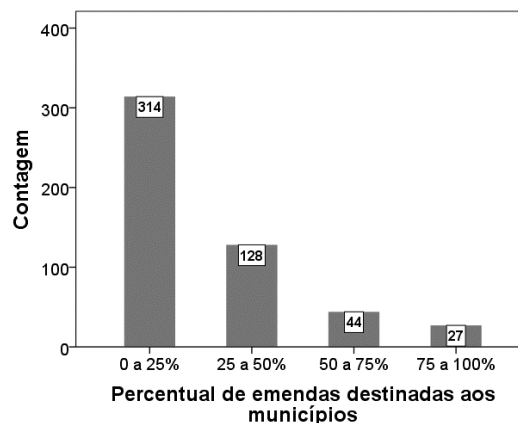
Os parlamentares premiam suas bases com emendas individuais? A fim de analisar a quantidade de emendas destinadas aos estados, e municípios elaboramos os Gráficos 5 e 6.

Gráfico 5: Percentual de emendas pagas a estados.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo Portal do Orçamento.

Gráfico 6: Percentual de emendas pagas a municípios.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo Portal do Orçamento.

O Gráfico 5 demonstra que a maioria dos parlamentares, entre 75 e 100% dos casos, preferem destinar emendas para Estados. A menor parte das emendas individuais foi destinada aos municípios (Gráfico 6), pois, como podemos observar, a maior dos parlamentares destinou entre 0 e 25% de suas emendas para municípios. A partir disso, é possível suspeitar que os parlamentares não se interessam em premiar apenas as suas bases, mas sim, destinam recursos de maneira mais dispersa. No entanto, para poder afirmar isso mais categoricamente, seria necessário analisar através da leitura individual (ou de técnicas como a análise do discurso) a ação e o subtítulo das 70.208 emendas individuais dos parlamentares da 54ª legislatura a fim de verificar se as emendas destinadas a estados têm como beneficiado final um determinado município.

Como vimos, a maior parte das emendas são destinadas aos estados, logo, os deputados não estão premiando especificamente suas bases. Logo, estes gráficos apresentam evidências que não corroboram o argumento de alguns trabalhos (LEONI, PEREIRA E RENNO, 2003; e CARVALHO, 2003). Não encontramos na literatura trabalhos que demonstrassem que a maioria das emendas individuais são destinadas a estados.

Uma questão que pode ser levantada sobre este assunto seria a seguinte: os Deputados Federais destinam suas emendas para os estados em busca de apoio do governador em suas campanhas? Para responder esta pergunta, além de uma análise minuciosa no texto das emendas, seria necessário também analisar se os partidos de ambos fez parte da coligação eleitoral, e se fez parte da mesma base de governo, etc. Enfim, variáveis que busquem compreender o porquê desse comportamento. Esta análise foge dos objetivos deste trabalho, e ficam para uma próxima oportunidade.

3.2 A experiência do parlamentar na CD e no poder Executivo.

Entre as variáveis que testamos estão a experiência na Câmara, a experiência eletiva no poder Executivo, e o resultado das eleições para os parlamentares que se candidataram depois de ingressar na 54ª Legislatura. Com elas, nós pudemos analisar, por exemplo, se houve relação entre os parlamentares que são *Challenger* (novato) ou *Incumbent* (parlamentar reeleito) com o resultado de suas candidaturas. A seguir, a Tabela 1 exprime essa relação.

Tabela 1: Experiência do parlamentar X resultado da candidatura

		Resultado da candidatura				Total
		Fracasso		Sucesso		
Experiência do parlamentar	Challenger	53	28,3%	134	71,7%	187
	Incumbent	65	27,9%	168	72,1%	233
Total		118	28.1%	302	71.9%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. χ^2 : 0,010, contagem mínima esperada: 52,54 e Significância: 0,920.

Os dados apontam que a taxa de sucesso na candidatura dos parlamentares é de 71,9%. A maior parte dos parlamentares da amostra são *incumbents*, eles são maior número entre os parlamentares que têm sucesso e também entre aqueles que fracassam nas candidaturas. Contudo, o teste qui-quadrado (χ^2) teve como resultado 0,010 onde a contagem mínima esperada era de 52,54. O p-valor de 0,920 demonstra que não houve significância estatística na relação, apontando para a independência estatística das variáveis. Desse modo, não haveria relação entre a experiência dos parlamentares na câmara e o resultado das eleições.

A Tabela 2 apresenta o cruzamento entre a experiência dos parlamentares dentro da Câmara e sua experiência no Executivo.

Tabela 2: Experiência do parlamentar X experiência eletiva no Executivo

		Experiência eletiva no Executivo				Total
		Não		Sim		
Experiência do parlamentar	Challenger	155	82,9%	32	17,1%	187
	Incumbent	214	91,8%	19	8,2%	233
Total		369	87,9%	51	12,1%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. χ^2 : 7,803, contagem mínima esperada: 22,71 e Significância: 0,005.

Os dados indicam que a maior parte dos parlamentares não têm experiência no Executivo (87,9%), entre eles, o maior grupo corresponde aos parlamentares *incumbents*. O número de parlamentares com experiência no Executivo é maior entre os *challengers* do que entre os *incumbents*. O teste χ^2 teve um resultado de 7,803, enquanto que a contagem mínima esperada era de 22,71. A significância estatística do teste foi de 0,005, sugerindo que existe associação entre as variáveis. Ao que parece, a variável experiência do parlamentar está associada a experiência eletiva no Executivo.

Na Tabela 3, apresentamos o cruzamento entre as variáveis que dão conta do resultado da candidatura e da experiência eletiva no Executivo. No total, 369 parlamentares não têm experiência no executivo. Destes, a maior parte, 257 casos, corresponde aos parlamentares que tiveram candidaturas bem sucedidas. Entre os parlamentares com experiência no Executivo, a

maior parte das candidaturas obteve sucesso (45 parlamentares), enquanto que a menor parte fracassou (6 parlamentares).

Tabela 3: Resultado da candidatura X experiência eletiva no Executivo

		Experiência eletiva no Executivo				Total
		Não		Sim		
Resultado da candidatura	Fracasso	112	94,9%	6	5,1%	118
	Sucesso	257	85,1%	45	14,9%	302
Total		369	87,9%	51	12,1%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. χ^2 : 7,663, contagem mínima esperada: 14,33 e Significância: 0,006.

O teste de associação qui-quadrado resultou em 7,663, enquanto que a contagem mínima esperada era de 14,33. A significância estatística resultou em 0,006, portanto, existe dependência estatística entre as variáveis. Tudo indica que a experiência do parlamentar influencia no resultado de sua candidatura.

Como vimos, a experiência do parlamentar não influenciou no resultado de suas candidaturas. Contudo, existe uma relação entre o cruzamento da experiência do parlamentar com a sua experiência eletiva no Executivo, assim como houve relação entre o resultado da candidatura e a experiência eletiva no Executivo.

3.3 Dominância dos distritos e concentração de emendas

Duas variáveis importantes, descritas pela literatura, são a dominância e a concentração de votos (AMES, 2003). Este tópico apresenta uma série de cruzamento entre essas variáveis e as outras variáveis categóricas já vistas neste capítulo. Em seguida apresenta o resultado do cruzamento entre elas, e seus respectivos resultados de correlação estatística.

3.3.1 Dominância distritos x variáveis do modelo

A Tabela 4 demonstra a relação entre a dominância e a experiência do parlamentar, que pode ser *Challenger* ou *Incumbent*. Os dados mostram que a maioria dos parlamentares são *incumbents*, independentemente do tipo de dominância de seu distrito.

Tabela 4: Dominância X experiência do parlamentar

		Experiência do parlamentar				Total
		Challenger		Incumbent		
Dominância	Compartilhado	178	44,7%	220	55,3%	398
	Dominante	9	40,9%	13	59,1%	22
Total		187	44,5%	233	55,5%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 0,123, contagem mínima esperada: 9,8 e Significância: 0,726.

O X^2 retornou um valor de 0,123, quando a contagem mínima esperada era de 9,8. O nível de significância está em 0,726, consequentemente, aponta para a independência estatística entre as variáveis.

A dominância dos parlamentares, quando cruzada com o resultado das candidaturas (Tabela 5), indica que a maior parte dos parlamentares obtém sucesso nas candidaturas, independentemente do tipo de dominância. Mais especificamente, o número de parlamentares que compartilha sua base com outros candidatos é superior ao total que domina seu reduto, 398, contra 22, respectivamente.

Tabela 5: Dominância X resultado da candidatura

		Resultado da candidatura				Total
		Fracasso		Sucesso		
Dominância	Compartilhado	116	29,1%	282	70,9%	398
	Dominante	2	9,1%	20	90,9%	22
Total		118	28.1%	302	71.9%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 4,151, contagem mínima esperada: 6,18 e Significância: 0,042.

O teste de associação X^2 resultou no valor de 4,151, e contagem mínima esperada de 6,18. Contudo, a significância estatística do teste (0,042) aponta para uma dependência estatística entre as variáveis. Desse modo, é possível afirmar que a dominância das bases está relacionada com o resultado nas candidaturas.

A partir das variáveis do modelo também é possível classificar os parlamentares da 54ª Legislatura entre os têm experiência eletiva no Executivo (Sim), ou seja, aqueles que exerceram cargos como o de Prefeito, Governador e Presidente, e os não tem experiência nesta arena (Não). A Tabela 6 ilustra os resultados:

Tabela 6: Dominância X experiência eletiva no Executivo

		Experiência eletiva no Executivo				Total
		Não		Sim		
Dominância	Compartilhado	349	87,7%	49	12,3%	398
	Dominante	20	90,9%	2	9,1%	22
Total		369	87,9%	51	12,1%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 0,203, contagem mínima esperada: 2,67 e Significância: 0,653.

O cruzamento da experiência política no Executivo com a dominância revela que 87% dos parlamentares nunca exerceram cargos no Executivo. Destes, a maior parte deles, 349 parlamentares, compartilha as bases com outros candidatos, enquanto que a minoria, 20 parlamentares, dominam suas bases eleitorais. Os parlamentares que dominam as bases e têm experiência no poder Executivo somam dois casos. O teste qui-quadrado retornou o valor de 0,203, quando a contagem mínima esperada era de 2,67. Além disso, não foi encontrado dependência estatística (p-valor igual a 0,653).

A Tabela 7 apresenta a distribuição dos parlamentares classificados pela sua dominância e o tipo de concentração de emendas. Podemos observar que a maioria dos deputados, 386 casos, têm um padrão disperso de concentração de emendas e compartilha seu distrito eleitoral com outros candidatos. A taxa de parlamentares que concentra suas emendas é de 2,2%, esta taxa é composta por 7 parlamentares que compartilham o distrito e 2 que dominam suas bases.

Tabela 7: Dominância X concentração de emendas

		Concentração de emendas				Total
		Concentrado		Disperso		
Dominância	Compartilhado	7	1,8%	386	98,2%	393
	Dominante	2	9,1%	20	90,9%	22
Total		9	2,2%	406	97,8%	415

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento. X^2 : 5,247, contagem mínima esperada: 0,48 e Significância: 0,022.

O teste de correlação X^2 resultou em um valor de 5,247, onde a contagem mínima esperada era de 0,48. A significância estatística deste resultado é de 0,022, indicando uma dependência estatística entre as variáveis. Além disso, o teste de correlação Spearman foi de -0,112, sugerindo que a relação entre as variáveis é fraca e de sentido negativo. Dessa forma, os resultados sugerem que a dominância está relacionada a Concentração de emendas individuais.

3.3.2 Concentração de votos x variáveis do modelo

Complementando os resultados que comparam a experiência do parlamentar, analisamos na Tabela 8 a concentração de votos e a experiência do parlamentar.

Tabela 8: Concentração de votos X experiência do parlamentar

		Experiência do parlamentar				Total
		Challenger		Incumbent		
Concentração de votos	Concentrado	16	53,3%	14	46,7%	30
	Disperso	171	43,8%	219	56,2%	390
Total		187	44,5%	233	55,5%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 1,015, contagem mínima esperada: 13,36 e Significância: 0,314.

Neste caso, a maior parte dos parlamentares que concentram votos são *challengers*, e a maior parte dos parlamentares que dispersam são *incumbents*. É importante observar também que 390 parlamentares tiveram uma votação dispersa, enquanto que 30 deputados tiveram uma votação concentrada. O teste de X^2 foi igual a 1,015, quando a contagem mínima esperada era de 13,36. O p-valor foi de 0,314. Logo, ao que parece, não há relação entre as variáveis.

Na Tabela 9, cruzamos a concentração de votos com os resultados das candidaturas. Nela, podemos observar que, independentemente do tipo de concentração de votos, 71% dos deputados obtiveram sucesso em suas candidaturas. Observando o tipo de concentração, verifica-se que o número de parlamentares que concentram a votação (30) é inferior ao grupo que teve um padrão disperso (390).

Tabela 9: Concentração de votos X resultado da candidatura

		Resultado da candidatura				Total
		Fracasso		Sucesso		
Concentração de votos	Concentrado	12	40,0%	18	60,0%	30
	Disperso	106	27,2%	284	72,8%	390
Total		118	28,1%	302	71,9%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 2,267, contagem mínima esperada: 8,43 e Significância: 0,132.

O teste X^2 teve como resultado 2,267, onde a contagem mínima esperada era de 8,43. A significância estatística de 0,132 aponta para a independência estatística entre as variáveis, ou seja, supostamente o tipo de concentração de votos dos parlamentares na eleição anterior não altera o sua probabilidade futura de ser bem sucedido ou não em suas campanhas eleitorais.

O cruzamento da variável experiência eletiva no Executivo com a concentração de votos (Tabela 10) indica que a maioria dos parlamentares não têm experiência eletiva no Executivo e apresentam votação dispersa. Entre os parlamentares que têm experiência, o maior número corresponde aos parlamentares com uma votação dispersa, com um total de 48 casos. O teste X^2 retornou um resultado de 0,139, e contagem mínima esperada de 3,64. A significância em 0,709 aponta para a independência estatística entre as variáveis. Desse modo, parece não haver relação entre concentração de votos dos parlamentares e a sua experiência política no legislativo.

Tabela 10: Concentração de votos X experiência eletiva no Executivo

		Experiência eletiva no Executivo				Total
		Não		Sim		
Concentração de votos	Concentrado	27	90,0%	3	10,0%	30
	Disperso	342	87,7%	48	12,3%	390
Total		369	87,9%	51	12,1%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 0,139, contagem mínima esperada: 3,64 e Significância: 0,709.

A Tabela 11 apresenta a relação entre a concentração de votos e a concentração de emendas individuais apresentadas pelos parlamentares da 54ª Legislatura. Não foram encontrados casos de parlamentares que concentraram emendas em suas bases, mesmo entre aqueles que tiveram uma votação concentrada. A maioria dos parlamentares têm um padrão duplamente disperso de concentração de emendas e de votos, com 377 casos. A taxa de parlamentares que dispersam emendas é de 97,8%.

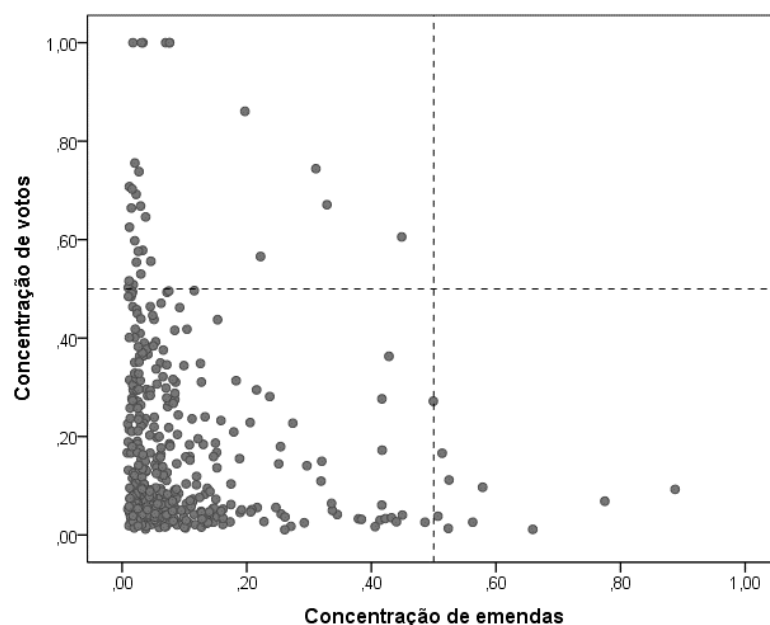
Tabela 11: Concentração de votos X concentração de emendas

		Concentração de emendas				Total
		Concentrado		Disperso		
Concentração de votos	Concentrado	0	0,0%	29	100,0%	29
	Disperso	9	2,3%	377	97,7%	386
Total		9	2,2%	406	97,8%	415

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento. X^2 : 0,691, contagem mínima esperada: 0,63, Significância: 0,406 e correlação Spearman: -0,041.

A análise estatística da relação entre os dados apresentados nesta tabela são os seguintes: o X^2 resultou em um valor de 0,691, onde a contagem mínima esperada era de 0,63. A significância estatística deste resultado é de 0,406, indicando uma independência estatística entre as variáveis. Além disso, o teste de correlação Spearman foi de -0,041, sugerindo que a relação entre as variáveis é negativa, e fraca. Em outras palavras, existe uma relação negativa entre as variáveis e elas são independentes estatisticamente. Por esse motivo, a hipótese específica 1 (a concentração de votos influencia a concentração de emendas individuais) foi rejeitada devido a insignificância estatística da correlação.

Gráfico 7: Concentração de emendas por concentração de votos.



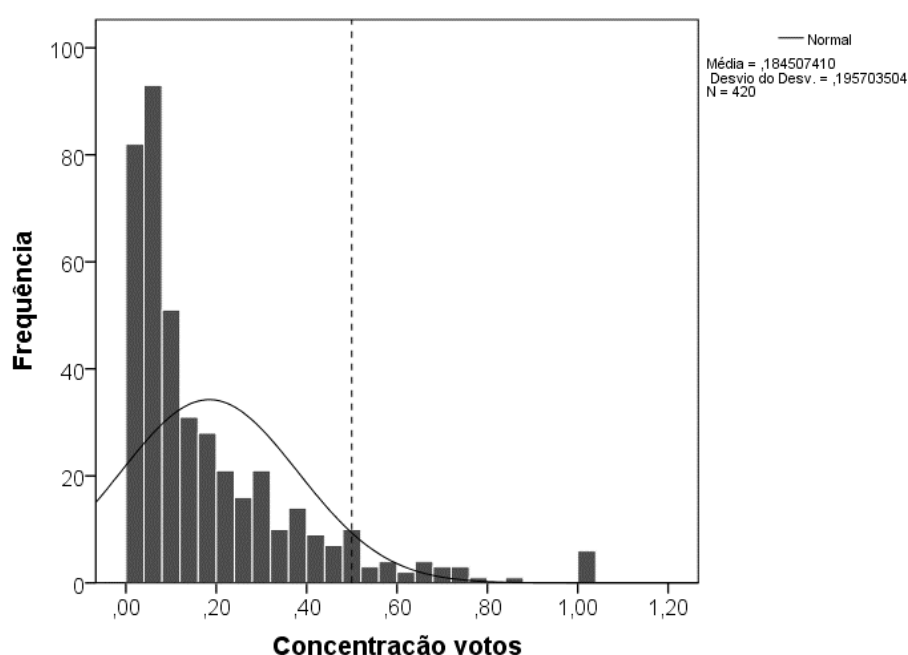
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

Este gráfico ilustra exatamente o que foi expresso na Tabela 11. Não houve casos de parlamentares com um alto grau de concentração de emendas e de votos. O grupo de parlamentares que aparece na parte de cima do gráfico, com baixa concentração de emendas, porém, com alta concentração de votos é composto basicamente por parlamentares do Distrito Federal, que não possui municípios, por isso, a concentração de votos é maior.

3.3.3 A relação entre concentração de emendas e dominância dos distritos

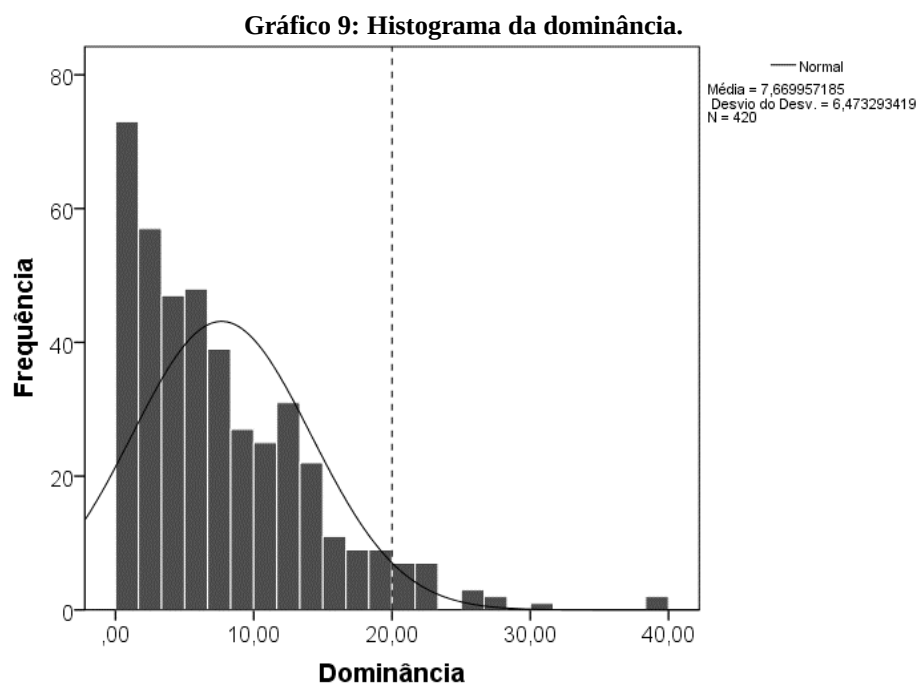
Elaboramos um histograma de frequência para verificar a distribuição dos dados. O Gráfico 8, demonstra a disposição dos parlamentares de acordo com essa classificação.

Gráfico 8: Histograma da concentração votos.



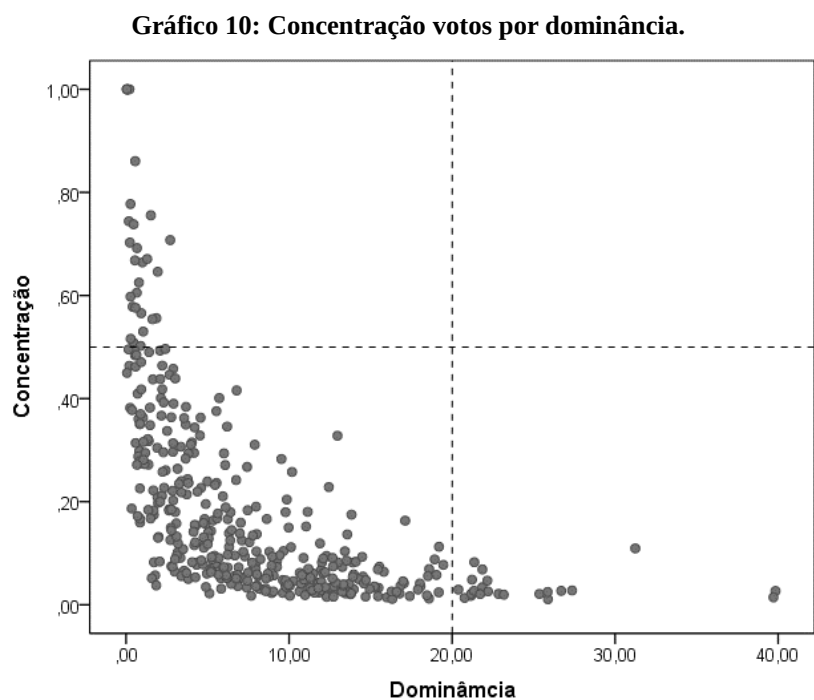
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

O gráfico ilustra que há uma frequência maior de casos de parlamentares que têm um padrão de votação dispersa (menor que 0,5), portanto, os parlamentares que receberam votos na maior parte dos municípios do estado são maioria. Contudo, estes parlamentares podem ter uma votação dominante ou compartilhada com outros candidatos de seu distrito. Esta característica é ilustrada no Gráfico 9, onde é perceptível que o número de parlamentares que compartilham seu distrito eleitoral com outros candidatos (dominância menor que 20,00) é maior que o grupo composto por parlamentares que dominam o reduto eleitoral.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

Ames (2003) sugeriu que a partir da Concentração e da Dominância os parlamentares se enquadram numa taxonomia de quatro células, ou seja, eles podem ser dominantes-concentrados, compartilhados-concentrados, dispersos-compartilhados e dispersos-dominantes. A fim de ilustrar essa classificação elaboramos o Gráfico 10, que situa os parlamentares em suas respectivas células.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

O quadrante **disperso-compartilhado**, situada a esquerda e a baixo, é a que concentra o maior número de parlamentares. O quadrante composto por parlamentares **concentrado-compartilhado**, localizada a esquerda em cima, é a segunda com maior número de parlamentares. Por sua vez, O quadrante **disperso-dominante** fica em terceiro lugar, localizada a direita e em baixo. O quadrante **dominante-concentrado**, a direita e em cima, não apresentou nenhum ponto, em outras palavras, não houve casos de parlamentares com votação extremamente concentrada em alguns municípios e que tenha dominado a votação nesses municípios.

Analisando os pontos extremos do gráfico, no quadrante concentrado-compartilhado o valor mais alto representando dois parlamentares do Distrito Federal, que, por não ter municípios, tende a ter parlamentares com votação concentrada. O quadrante relativo aos Deputados com padrão disperso-compartilhado têm como pontos extremos (mais próximos de 0) parlamentares de Minas Gerais e São Paulo, que são estados com grande número de municípios e de candidatos, o que pode facilitar a ocorrência de votações dispersas, e o compartilhamento da base com outros candidatos.

A Tabela 12 revela que a maior parte dos parlamentares (368) têm um votação dispersa e compartilha suas bases com outros parlamentares. Por outro lado, não foram encontrados parlamentares que dominem suas bases e concentrem a votação apenas nelas.

Tabela 12: Dominância X concentração de votos

		Concentração de votos				Total
		Concentrado		Disperso		
Dominância	Compartilhado	30	7,5%	368	92,5%	398
	Dominante	0	0,0%	22	100,0%	22
Total		30	7,1%	390	92,9%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento. χ^2 : 1,786, contagem mínima esperada: 1,57, Significância: 0,181 e correlação Spearman: 0,065.

O teste de correlação qui-quadrado retornou um valor de 1,786, quando o mínimo esperado era de 1,57. Contudo, o p-valor de 0,181 (maior 0,05), apontando para a independência estatística entre as variáveis. A correlação Spearman para este teste foi de 0,065, indicando que a relação entre as variáveis é positiva, porém fraca. Portanto, não encontramos relação entre estas variáveis importantes, de acordo com a literatura (AMES, 2003) não exercem influência entre si.

3.4 Resumo das análises de correlação

Concluída a etapa de teste de descrição, e análise de correlação entre as variáveis, podemos ter um panorama acerca do comportamento das variáveis. O Quadro 5 apresenta a lista de variáveis analisadas e sua significância estatística.

Quadro 5: Significância da relação entre as VI

Variáveis analisadas	P-valor do X^2	Significância
Experiência do parlamentar X resultado da candidatura	0,920	Não
Dominância X experiência do parlamentar	0,726	
Dominância X experiência eletiva no Executivo	0,653	
Concentração de votos X experiência do parlamentar	0,314	
Concentração de votos X resultado da candidatura	0,132	
Concentração de votos X experiência eletiva no Executivo	0,709	
Concentração de votos X concentração de emendas	0,406	
Dominância X concentração de votos	0,181	
Experiência do parlamentar X experiência eletiva no Executivo	0,005	Sim
Resultado da candidatura X experiência eletiva no Executivo	0,006	
Dominância X resultado da candidatura	0,042	
Dominância X concentração de emendas	0,022	

Fonte: Elaboração do autor.

É perceptível que a maior parte dos cruzamentos não teve significância estatística, isso significa dizer que, nestes casos, não é possível afirmar que uma variável é capaz de influenciar no resultado da outra, logo, aceitando-se a hipótese nula. A única variável que não teve correlação com as demais foi a concentração de votos.

4 AMBIÇÃO POLÍTICA: análise da 54ª Legislatura.

Este capítulo trata da análise da variável dependente e sua relação com as variáveis independentes. O objetivo é entender as características da VD e verificar quais VI podem estar relacionadas a ela, facilitando a escolha das variáveis independentes utilizadas no modelo que será apresentado no próximo capítulo. Além disso, buscamos responder algumas perguntas específicas, listadas na metodologia deste trabalho.

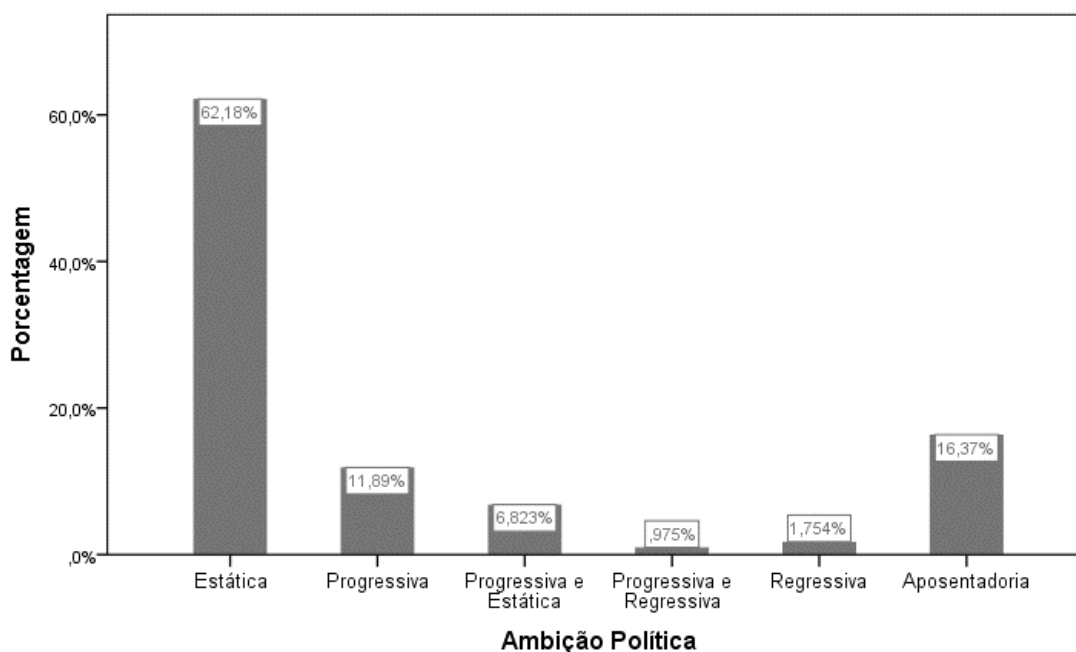
4.1 Análise descritiva.

4.1.1 Ambição política, cargos eletivos e resultado das candidaturas.

Como visto no Capítulo 1, comumente a ambição política dos Deputados Federais tem sido classificada nos termos da literatura especializada (SCHLESINGER, 1966; LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; ROHDE, 2012; PEREIRA e RENNÓ 2013) da seguinte maneira: ambição regressiva, que ocorre quando o Deputado Federal se candidata a um cargo no legislativo estadual; a ambição estática quando o parlamentar se candidata à reeleição; e a ambição progressiva quando ele se candidata a cargos com acesso a melhores benefícios (salários, verbas e equipes maiores), como os cargos de Prefeito, Senador, ou Presidente da República. Como última opção, o parlamentar pode não se candidatar.

Existem parlamentares que foram classificados em dois tipos de ambição: Progressiva e Estática e Progressiva e Regressiva. Esta situação é possível porque ao meio do mandato de 4 anos da Câmara, o parlamentar pode se candidatar ao cargo de Prefeito ou Vereador. Comumente, alguns parlamentares escolhem se candidatar ao cargo de Prefeito. Nem todos obtêm sucesso na candidatura, e podem voltar a seu mandato na Câmara. Ao fim do mandato, eles podem se candidatar novamente, e têm acesso a quatro cargos, Deputado Estadual (Regressiva), Deputado Federal (Estática), Senador e Presidente da República (Progressiva). Desse modo, é possível que um parlamentar que se candidatou ao cargo de Prefeito possa se candidatar para um cargo superior, inferior ou a reeleição, o levando a ter uma combinação de ambições em seu currículo, passando a ter ambição Progressiva e Estática, Progressiva e Regressiva ou Progressiva novamente. De acordo com esta classificação, elaboramos o Gráfico 11, que ilustra o tipo de ambição dos parlamentares da 54ª Legislatura da CD.

Gráfico 11: Tipos de ambição.

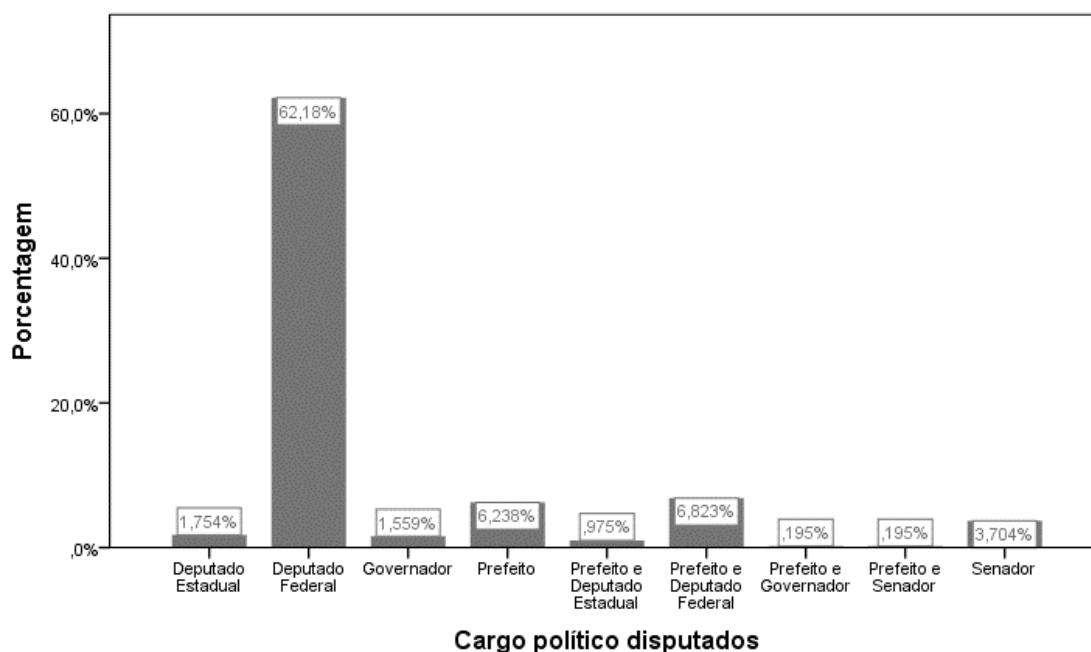


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

Como pode ser observado, a maioria dos parlamentares cumpre seu mandato e se candidata à reeleição (Ambição Estática) (62,18%), o que em certa medida contraria o prognóstico de Santos (1999), que acreditava que a baixa capacidade decisória do Legislativo levaria os parlamentares a buscar uma carreira no Executivo (Ambição Progressiva). A segunda maior parcela, 16,37%, é relativo aos parlamentares que não se candidataram no meio ou ao fim de seu mandato, portanto, são os que se aposentaram da disputa eleitoral. Somando-se os casos em que os parlamentares em algum momento escolheram um cargo superior (Ambição Progressiva), chegamos a 19,69%, e em menor número os parlamentares que em algum momento escolheram um cargo menor que o de Deputado Federal (Ambição Regressiva), chegando a um total de 2,72%.

O Gráfico 12 ilustra o cargo, ou a dupla de cargo escolhida pelos parlamentares da 54ª Legislatura.

Gráfico 12: Cargos eletivos disputados.

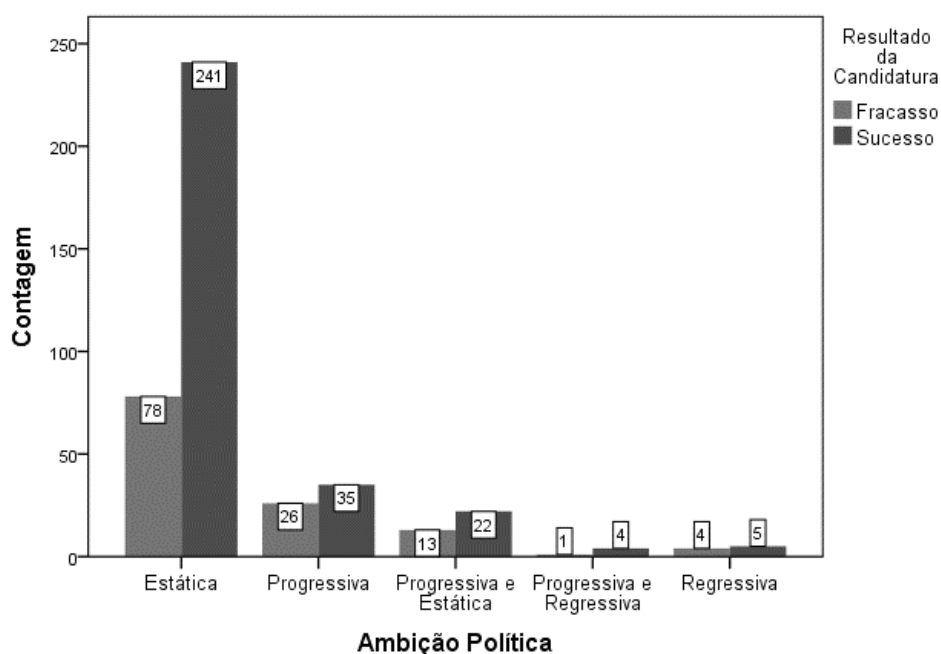


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

Somando o percentual de parlamentares de acordo com o cargo escolhido temos o seguinte resultado: o cargo de Deputado Federal (Ambição Estática) foi o cargo escolhido por 69,00% dos parlamentares, ou seja, representa a maioria dos 513 parlamentares. O cargo de Prefeito (Ambição Progressiva) foi o segundo cargo mais cotado, chegando a 14,23% dos parlamentares, seguido pelo cargo de Senador (Ambição Progressiva), Deputado Estadual (Ambição Regressiva) e Governador (Ambição Progressiva) com 3,89%, 2,729% e 1,754% respectivamente. Não foram encontrados candidaturas de Deputados Federais para os cargos de Vereador e Presidente da República.

Os parlamentares tiveram sucesso ou fracasso em suas candidaturas? O Gráfico 13, ilustra estes resultado, de acordo com o tipo de ambição:

Gráfico 13: Resultado da candidatura por ambição.



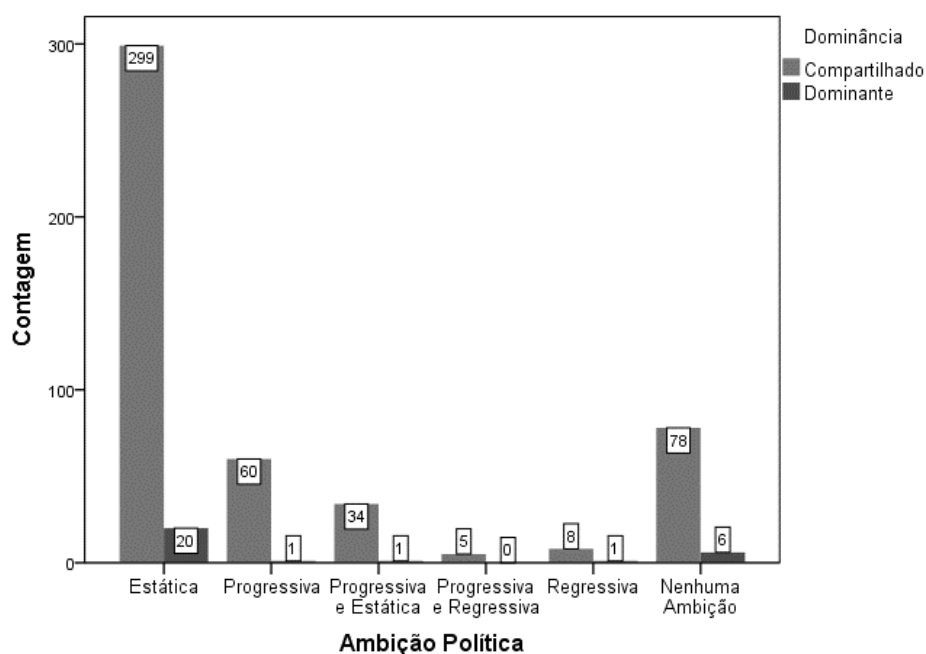
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

A quantidade de parlamentares que obtém sucesso nas candidaturas a reeleição é a maior entre todas, chegando a 241 casos, contra 78 que fracassaram. A ambição progressiva é a segunda com maior número de casos com sucesso. Nos outros casos, o número de sucesso supera o de fracassos, contudo, a diferença entre os grupos é mínima.

4.1.2 Dominância e concentração.

O Gráfico 14 ilustra a distribuição da dominância dos parlamentares na eleição de 2010, classificada de acordo com o tipo de ambição assumida nas eleições seguintes.

Gráfico 14: Dominância por ambição política.

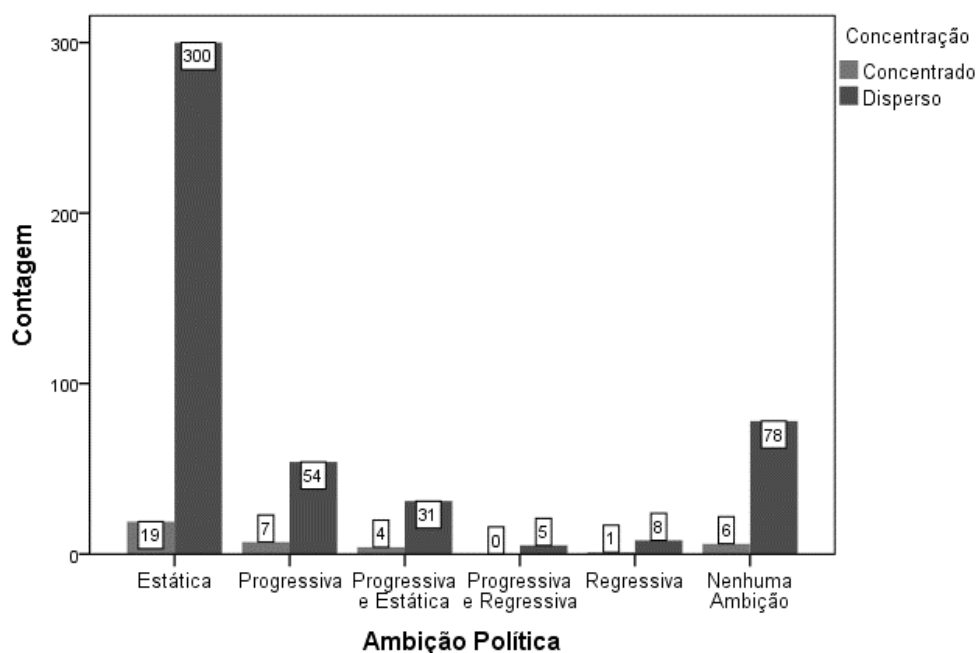


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

Em todos os casos, o número de parlamentares que compartilham seu distrito eleitoral com outros candidatos é maior que a quantidade de parlamentares que dominam seu território. Só há casos mais expressivos de dominância para os parlamentares com ambição estática e entre os parlamentares que não se candidataram.

Um comportamento similar é representado no Gráfico 15.

Gráfico 15: Concentração por ambição política.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

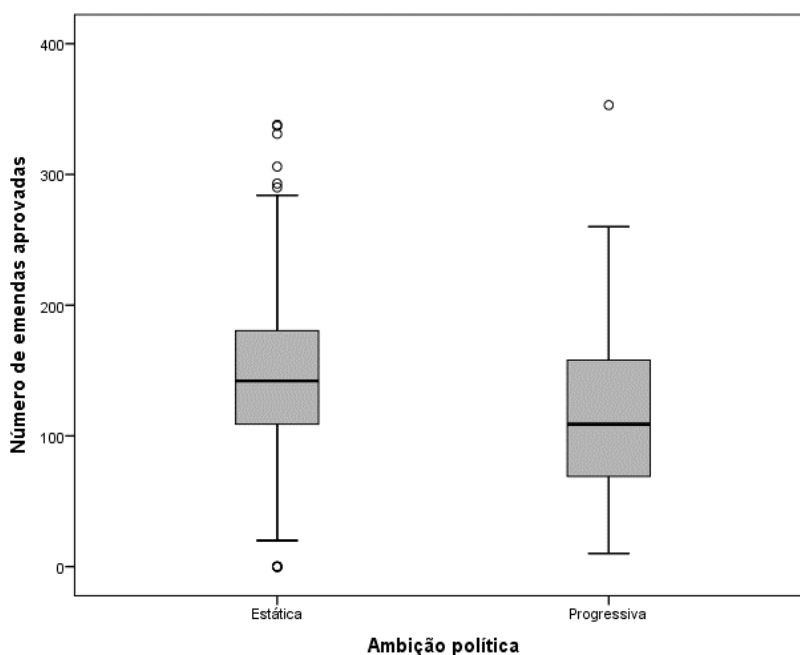
Neste gráfico é possível observar que a maior parte dos parlamentares têm sua votação de maneira dispersa em seu estado, enquanto que uma minoria possui uma votação concentrada, embora ela seja mais perceptível que no caso anterior.

4.1.3 Emendas aprovadas e emendas pagas.

Elaboramos dois gráficos de diagrama em caixa para ilustrar a disposição dos dados relativos ao número de emendas aprovadas (Gráfico 16) e o percentual de emendas pagas (Gráfico 17), de acordo com a ambição política dos parlamentares, especificamente ambição estática e progressiva. Este tipo de gráfico avalia a distribuição dos dados organizadas em quartis e divididas pela mediana, os valores discrepantes (*outliers*) são apresentados fora do seus limites inferior e superior.

No capítulo 1 afirmamos que, cada Deputado Federal pode aprovar até 25 emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (CONOF, 2016), desse modo, no total, cada parlamentar da CD pode apresentar até 100 emendas durante a legislatura. Contudo, esse número foi superior nos dados coletados no Portal do Orçamento Federal, hospedado no site do Senado Federal, como podemos observar no gráfico a baixo:

Gráfico 16: Número de emendas aprovadas por ambição política.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

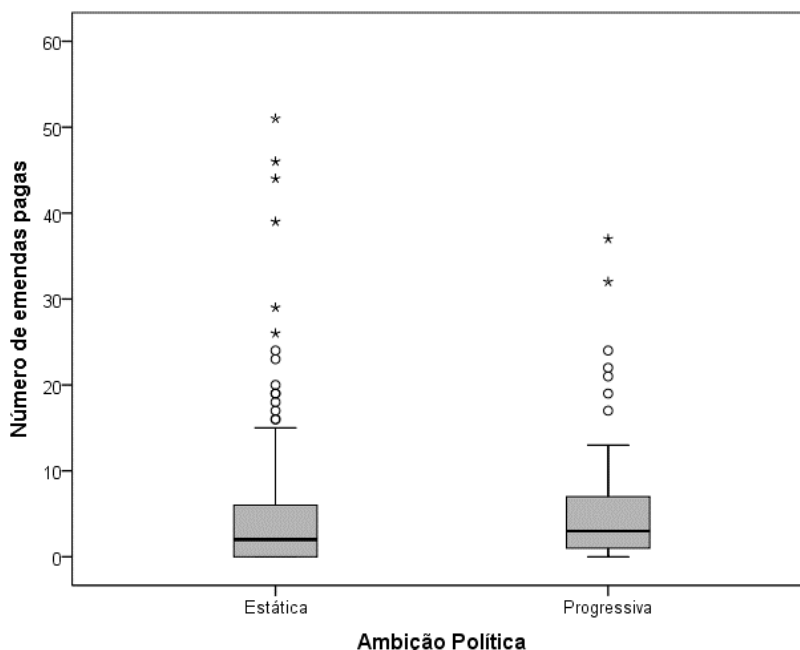
A mediana de emendas aprovadas para o grupo de Deputados que teve ambição estática está em 142 emendas, e 109 para o grupo que assumiu ambição progressiva. Em ambos os casos existem pontos influentes, porém, esse número é maior no grupo com ambição estática, tendo casos abaixo e acima dos limites superiores e inferiores do da caixa do gráfico. Um problema encontrado nos dados, que pode ser a causa para esse comportamento, foi a existência de parlamentares de legislaturas anteriores dentro dos casos de emendas aprovadas em 2011, primeiro ano da 54ª Legislatura. Os casos identificados foram excluídos.

Contudo, apesar de suspeitar que poderia haver emendas de legislaturas anteriores de parlamentares reeleitos nos dados de emendas relativas ao primeiro ano de mandato da legislatura em análise, nada pode ser feito para controlar este problema, pois não há nos dados que permitam diferenciar os casos, como a data específica em que cada emenda foi proposta, por exemplo. Além disso, o número de parlamentares de legislaturas anteriores dentro dos dados analisados foi pequeno, mesmo que existam casos entre os parlamentares da legislatura em análise, não haveria motivos para haver um caso como o Geraldo Thadeu Pedreira Dos Santos do PPS de Minas Gerais, que teve 353 emendas. De acordo com as informações do CONOF (2016), seriam necessários mais de quatro legislaturas para somar 353 emendas aprovadas. Uma emenda aprovada não significa exatamente que ela será paga, para o caso do Geraldo do PPS, das 353 apenas 21 emenda foram pagas.

Isto posto, suspeitamos que existem problemas nos dados disponibilizados pelo Orçamento Federal, que pode ter confundido emendas apresentadas com emendas aprovadas. O próprio exemplo do Geraldo demonstra que em todos os anos houve excesso no número de emendas aprovadas (ultrapassando 25 por ano), pois em 2011 ele aprovou 101 emendas, em 2012 foram 67, 86 em 2013 e 99 em 2014.

O número de emendas pagas, por sua vez, se demonstra mais confiável, pois não houve nenhum caso de Parlamentar que tivesse mais de 100 emendas individuais aprovadas na 54ª Legislatura. Como pode ser verificado no Gráfico 17, apesar de muitos *outliers* e pontos influentes, a maioria dos parlamentares teve menos de 20 emendas pagas, e nenhum deles ultrapassou 51, a mediana por sua vez está em 2 para ambição estática e 3 para progressiva.

Gráfico 17: Número de emendas pagas por ambição política.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

4.2 Análise da relação entre a variável dependente e as variáveis independentes

4.2.1 Associação entre variáveis

Neste tópico, faremos uma análise da relação entre as variáveis independentes e a variável dependente. O objetivo é identificar as variáveis independentes (VI) que estão melhor relacionadas com a variável dependente (VD). A primeira relação analisada, expressa na Tabela 13, foi entre a ambição política e a experiência do parlamentar.

Tabela 13: Ambição política X experiência do parlamentar

		Experiência do parlamentar				Total
		Challenger		Incumbent		
Ambição política	Estática	137	42,9%	182	57,1%	319
	Progressiva	50	49,5%	51	50,5%	101
Total		187	44,5%	233	55,5%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. χ^2 : 1,336, contagem mínima esperada: 44,97, Significância: 0,248 e correlação Spearman: -0,056.

A maioria dos parlamentares, 182 casos, é *incumbent* e teve ambição estática. O segundo maior grupo, com 137 casos, é de parlamentares *challengers*, que também se candidataram à reeleição. Assim sendo, o comportamento padrão dos parlamentares da 54ª Legislatura, independente da sua experiência na câmara, foi se candidatar à reeleição. Entre os

parlamentares que tiveram ambição progressiva, 49,5% é *challengers* e 50,5% é *incumbent*. O teste de dependência qui-quadrado resultou em 1,336, quando a contagem mínima esperada era 44,97. A significância ficou em 0,248, o que aponta para insignificância estatística na relação entre as variáveis. Adicionalmente, o resultado da Correlação Spearman de -0,056 aponta para uma correlação negativa e fraca, em outras palavras, a experiência do parlamentar na CD influencia negativamente a ambição política do parlamentar, contudo, esta influência é fraca. Embora com sinal correto, a hipótese específica 2 foi rejeitada devido à baixa significância estatística do resultado da correlação.

Parlamentares com experiência eletiva na Câmara dos Deputados buscam ambição progressiva? O resultado da Tabela 13 indica que a experiência dos parlamentares não está relacionada a seu desejo de permanecer ou sair da Câmara dos Deputados. Isso, em alguma medida, contrariando o argumento de Samuels (2003), que afirmou que baixa capacidade decisória e os poucos recursos tornam o *incumbent* desmotivado e frágil, o direcionando a uma carreira no Executivo. Em nossa análise apenas 21,88% dos *incumbents* buscou migrar para um cargo superior.

Parlamentares com experiência eletiva no Executivo buscam ambição progressiva? A Tabela 14 ajuda a responder essa questão. O grupo de parlamentares que não têm experiência no Executivo é o maior, com uma taxa de 87,9%. Entre eles, o maior número é dos parlamentares que se candidataram à reeleição, com 296 casos. Entre os parlamentares que têm experiência eletiva no Executivo, a maior parte escolheu ambição progressiva.

Tabela 14: Ambição política X experiência eletiva no Executivo

		Experiência eletiva no Executivo				Total
		Não		Sim		
Ambição política	Estática	296	92,8%	23	7,2%	319
	Progressiva	73	72,3%	28	27,7%	101
Total		369	87,9%	51	12,1%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 30,256, contagem mínima esperada: 12,26, Significância: 0,000 e correlação Spearman: 0,268.

O teste X^2 obteve um valor de 30,256, enquanto que a contagem mínima esperada era de 12,26. A significância estatística ficou em 0,000, indicando uma dependência estatística entre as variáveis. Além disso, o resultado da correlação Spearman de 0,268, indica que a correlação é positiva, porém fraca. Com base nestes resultados, podemos presumir que a experiência do parlamentar no Executivo está relacionada positivamente ao tipo de ambição escolhido por ele. Este resultado confirma a hipótese específica 3.

A concentração de votos e a dominância das bases são duas variáveis importantes, (AMES, 2003). Qual a relação entre elas e ambição política? O cruzamento entre elas é expresso a seguir, nas Tabelas 15 e 16, respectivamente.

Tabela 15: Ambição política X concentração de votos

		Concentração de votos				Total
		Concentrado		Disperso		
Ambição política	Estática	19	6,0%	300	94,0%	319
	Progressiva	11	10,9%	90	89,1%	101
Total		30	7,1%	390	92,9%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 2,817, contagem mínima esperada: 7,21, Significância: 0,093 e correlação Spearman: -0,082.

Segundo a Tabela 15, a quantidade de parlamentares que têm uma concentração de votos dispersa e se candidatou para a reeleição foi a maioria dos casos, mais precisamente 300 parlamentares. Entre os parlamentares com ambição progressiva, o comportamento é o mesmo, a maior parte deles possuem uma votação dispersa. O valor do X^2 de 2,817 onde a contagem mínima esperada era de 7,21, com p-valor de 0,093 aponta para a insignificância estatística entre as variáveis. A correlação Spearman, por sua vez, com um valor de -0,082, aponta para uma correlação negativa e fraca. Ou seja, embora a concentração de votos influencie negativamente o tipo de ambição política dos parlamentares, existe uma independência estatística entre as variáveis.

A Tabela 16 demonstra de maneira similar a relação entre Dominância e Ambição política. Os parlamentares que compartilham o distrito eleitoral com outros candidatos são maioria, com uma taxa de 94,8%. Desse total, 299 assumiu ambição estática, e 99 assumiu ambição progressiva. Mesmo entre os candidatos Dominantes, a maioria se recandidatou, ao invés de procurar cargos mais atrativos, representando 20 e 2 casos, respectivamente.

Tabela 16: Ambição política X dominância

		Dominância				Total
		Compartilhado		Dominante		
Ambição política	Estática	299	93,7%	20	6,3%	319
	Progressiva	99	98,0%	2	2,0%	101
Total		398	94,8%	22	5,2%	420

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE. X^2 : 2,843, contagem mínima esperada: 5,29, Significância: 0,092 e correlação Spearman: -0,082.

A correlação Spearman para a relação entre estas variáveis foi de -0,082. Isto demonstra que a correlação entre elas é negativa e fraca. O teste X^2 , por sua vez, resultou em 2,843, sendo que a contagem mínima esperada era de 5,29. A significância estatística ficou em 0,92, indicando que não há relação de dependência entre as variáveis. Embora, o sentido da relação

seja negativa, a dominância do distrito parece não influenciar no tipo de ambição escolhida pelos parlamentares.

A concentração de emendas afeta a escolha de ambição política? Para responder esta pergunta, finalizando os testes de correlação entre as variáveis categóricas, elaboramos a Tabela 17:

Tabela 17: Ambição política X concentração de emendas

		Concentração de emendas				Total
		Concentrado		Disperso		
Ambição política	Estática	8	2,5%	306	97,5%	314
	Progressiva	1	1,0%	100	99,0%	101
Total		9	2,2%	406	97,8%	415

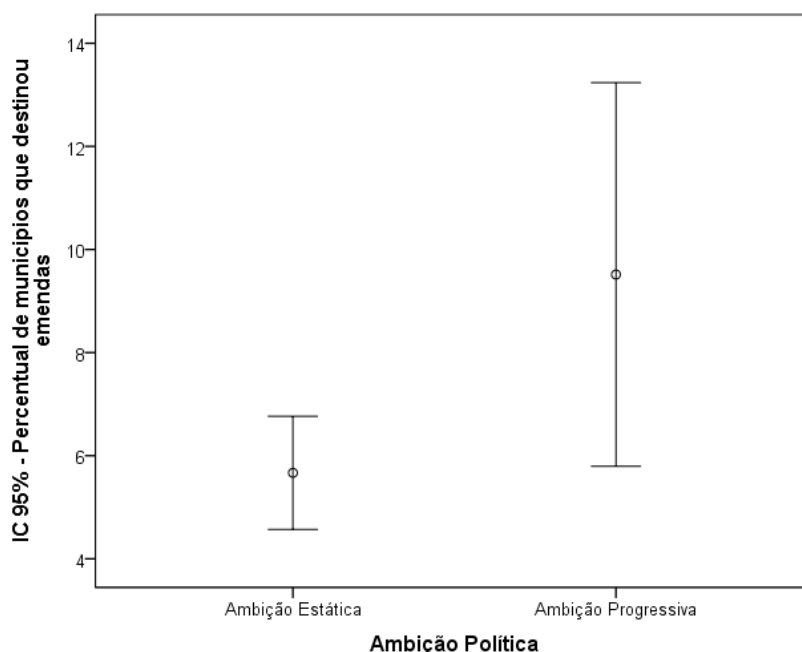
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento. X^2 : 0,874, contagem mínima esperada: 2,19, Significância: 0,350 e correlação Spearman: 0,046.

Para ambos os tipos de ambição, o comportamento comum é dispersar as emendas. O maior grupo, composto pelos parlamentares com ambição estática, têm uma taxa de dispersão de emendas de 97,5%, enquanto que o grupo dos parlamentares com ambição progressiva têm uma taxa de dispersão de 99,0%. Contudo, o teste qui-quadrado retornou um valor de 0,874, em que a contagem mínima esperada era de 2,19, além disso, a significância estatística de 0,350 aponta para independência estatística entre as variáveis. O teste de correlação de Spearman, com um resultado de 0,046, indica que a relação entre estas variáveis é positiva e fraca. Deste modo, para 54ª Legislatura da CD, podemos deduzir que os diferentes tipos de concentração de emendas não influencia na Ambição política dos parlamentares.

4.2.2 Variáveis contínuas categorizadas pela ambição política

Finalizando a análise da relação entre as variáveis independentes e a dependente, apresentamos alguns gráficos de barra de erro, onde é possível observar o comportamento dos dados, apontando se há diferença ou semelhança entre as médias. O Gráfico 18 demonstra o percentual de municípios em que os parlamentares destinaram emendas, classificado pelo tipo de ambição.

Gráfico 18: Percentual de municípios para que destinou emendas por ambição.

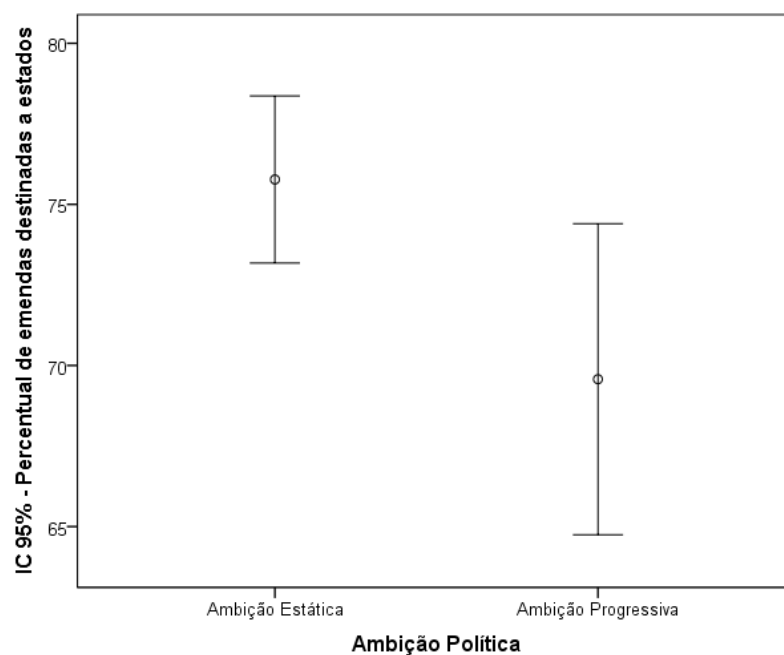


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

É possível perceber que existe uma diferença entre os grupos, embora existam parlamentares que destinaram entre 6 e 7% de emendas para os municípios de seu estado nos dois tipos de ambição. O grupo de parlamentares com ambição estática tende a alocar emendas num percentual menor de municípios de seu estado, variando entre 5 e meados de 7%, e com média de 6%. Por outro lado, o grupo de parlamentares com ambição progressiva têm uma variação maior, saindo de aproximadamente 6% e chegando até meados de 13%, com média de 10%. Logo, a variável que trata percentual de emendas para os municípios consegue diferenciar levemente os grupos de parlamentares.

Como visto nos capítulos anteriores, o número de emendas aprovadas e pagas para cada parlamentar é limitado. Consequentemente, isso pode afetar a quantidade de municípios em que se destina emendas, até por que existem estados com mais de 400 municípios, onde o número máximo de emendas permitido não pode ultrapassar 100 por legislatura. Além disso, boa parte das emendas dos parlamentares são destinadas aos estados. Isso pode ser visto no Gráfico 19:

Gráfico 19: Percentual de emendas destinadas a estados por ambição.

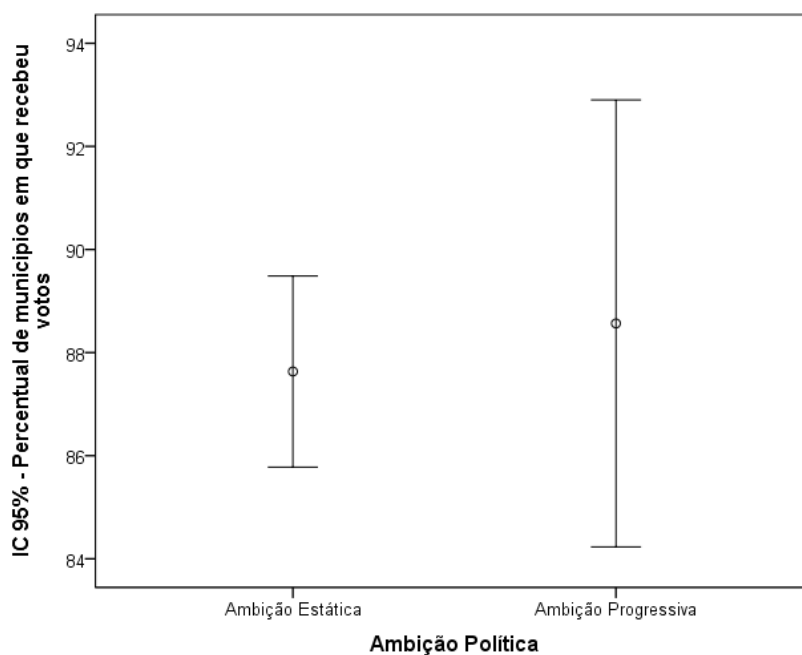


Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

O grupo de parlamentares com ambição estática aloca a maior parte de suas emendas para estados, variando entre 73 e 78%, com média de 76%. Embora o número máximo seja menor, grande parte dos parlamentares com ambição progressiva também destina emendas para os estados, variando entre 65 e 75% das emendas, com a média em 70%. Com este gráfico percebemos que a variação no percentual de emendas destinadas a estados é um pouco menor, e varia mais para a ambição progressiva, contudo, a diferença entre os grupos é pequena.

A literatura afirma que a quantidade de emendas destinadas pelos parlamentares pode variar a depender do tamanho de sua base eleitoral (CARVALHO, 2003). À vista disso, seria interessante comparar a distribuição do percentual de municípios onde os parlamentares obtiveram votos, para assim ter uma medida de comparação entre votos e emendas. O Gráfico 20 ilustra a variação entre a quantidade de municípios.

Gráfico 20: Percentual de municípios em que recebeu votos por ambição.



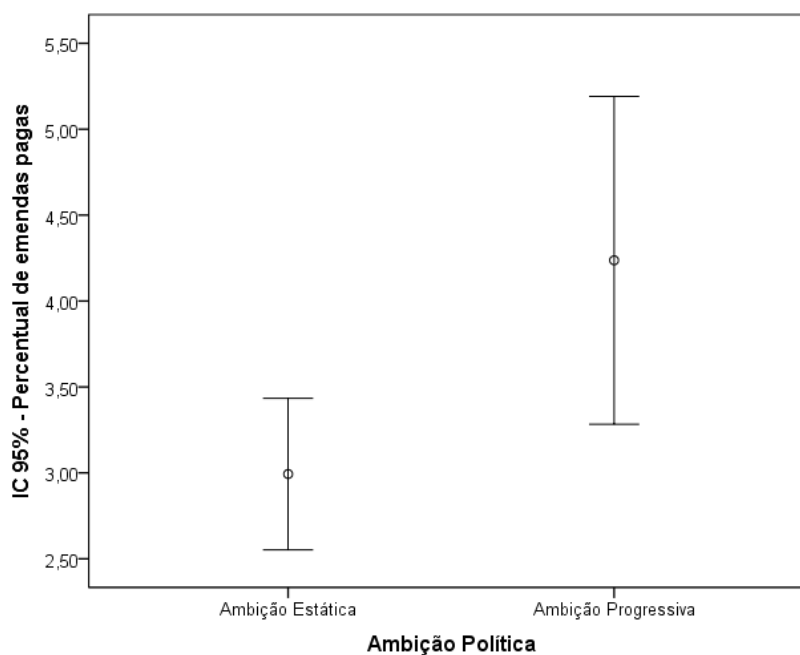
Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE.

O gráfico ilustra médias muito próximas entre os dois grupos. Além disso, existem nos dois grupos parlamentares que receberam votos entre 86 e 90% dos municípios de seus respectivos estados. Contudo, a ambição progressiva tem uma variação maior. Deste modo, a variável Percentual de municípios em que os parlamentares receberam votos não é capaz de diferenciar claramente os grupos de parlamentares de acordo com sua ambição política.

Comparando os três gráficos anteriores (18, 19 e 20), verificamos que os parlamentares com ambição estática destinam a maior parte de suas emendas para os estados, e recebem votos em um número menor de municípios que o grupo de parlamentares com ambição progressiva, que aloca um número maior de suas emendas para os municípios e têm uma maior variação no percentual de municípios em que recebe votos.

Outra variável numérica importante, que calculamos com base nos dados do portal do Orçamento Federal, se refere ao percentual de emendas pagas. A ilustração dos dados é feita a seguir:

Gráfico 21: Percentual de emendas pagas.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados disponibilizados pelo TSE e Portal do Orçamento.

Classificando o percentual de emendas de acordo com o tipo de ambição, percebemos que, em média, os parlamentares com ambição estática têm 3% das emendas aprovadas pagas pelo Governo Federal, enquanto que o grupo de parlamentares com ambição progressiva possuem uma média um pouco maior, chegando a 4,24%. Embora existam casos nos dois grupos com percentuais iguais de emendas pagas, o grupo de parlamentares com ambição progressiva têm uma variação maior, saindo de 3,5 e chegando a mais de 5%, enquanto que o grupo com ambição estática variou de 2,5 a 3,5%. Desta forma, esta variável parece diferenciar melhor os parlamentares dos diferentes tipos de ambição, de acordo com o percentual de emendas pagas pelo governo.

4.3 Resumo das análises de associação

A análise de correlação entre as variáveis categóricas demonstrou que a maioria delas, ao que parece, não estão relacionados a ambição política, mais especificamente, as ambições progressiva e estática. O Quadro 6 apresenta a lista de variáveis analisadas e sua significância estatística.

Quadro 6: Significância da relação entre a VD e as VI

Variáveis analisadas	Correlação de Spearman	P-valor do X ²	Significância
Ambição política X experiência do parlamentar	-0,056	0,248	Não
Ambição política X concentração de votos	-0,082	0,093	
Ambição política X dominância	-0,082	0,092	
Ambição política X concentração de emendas	0,046	0,350	
Ambição política X experiência eletiva no Executivo	0,268	0,000	Sim

Fonte: Elaboração do autor.

Interpretando o p-valor, podemos observar que apenas o cruzamento entre as variáveis ambição política X experiência eletiva no Executivo teve significância estatística. Ou seja, variáveis comumente analisadas pela literatura parecem não contribuir para explicar a variação da escolha de carreira dos parlamentares brasileiros.

A correlação de Spearman indica que as variáveis experiência do parlamentar, concentração de votos e dominância, quando associadas a ambição política, exprimem uma relação negativa. As variáveis concentração de emendas e experiência eletiva no Executivo, por sua vez, quando associadas a VD têm uma relação positiva. Contudo, em todos os casos, nenhuma relação foi forte.

5 MODELO DE ANÁLISE: O QUE EXPLICA A AMBIÇÃO POLÍTICA?

Este capítulo tem a finalidade de analisar qual é o efeito da alocação das emendas individuais sobre a ambição política dos Deputados Federais brasileiros? Para tentar responder esta pergunta, elencamos um conjunto de variáveis acerca da experiência dos parlamentares, de sua alocação de emendas e características de sua votação. Todas já foram previamente discutidas nos capítulos anteriores.

5.1 Modelo de regressão logística.

Os testes realizados nos dois últimos capítulos demonstram que a maior parte das variáveis não têm poder de explicar o tipo de ambição escolhido pelos parlamentares. Embora a ambição política para os deputados brasileiros podem ser de três tipos (progressiva, regressiva e estática), nesta dissertação trabalhamos especificamente com duas, deixando de lado a ambição regressiva. Esta escolha foi tomada com base em dois motivos. O primeiro é pelo fato de os casos de parlamentares que tiveram apenas ambição regressiva serem minoria dentre os parlamentares, chegando a um percentual de 1,75% dos casos. Além disso, em segundo lugar, a literatura que trata dos recursos que os parlamentares utilizam para impactar suas chances de sucesso eleitoral argumentam que os parlamentares buscam a reeleição por instinto de sobrevivência política (PEREIRA e RENNÓ, 2013), ou procuram cargos melhores com o objetivo de obter mais benefícios (ROHDE, 2012; PEREIRA e RENNÓ, 2013).

Com bases nestes motivos, para compor a nossa variável dependente, com o objetivo de verificar esses pressupostos, decidimos por utilizar apenas os casos que os parlamentares assumiram ambição estática e ambição progressiva. Devido a configuração dicotômica da variável dependente, a análise adequada pôde ser feita com uma regressão logística binária.

5.1.1 Resultados da Regressão Logística.

Na primeira etapa, a equação de regressão calcula a probabilidade prevista da variável dependente, com base no valor observado. A Tabela 18 apresenta o resultado da previsão. O percentual de acerto na previsão da variável dependente é de 76%. Podemos observar que apenas com os dados da variável dependente, o modelo nulo não previu a ocorrência de casos de ambição progressiva.

Tabela 18: Tabela de classificação – modelo nulo

	Observado		Previsto		
			Ambição política		Porcentagem correta
			Ambição estática	Ambição progressiva	
Etapa 0	Ambição política	Ambição estática	319	0	100,0
		Ambição progressiva	101	0	,0
	Porcentagem global				76,0

Fonte: Elaboração do autor.

Em seguida, o modelo de regressão testa a previsão da ocorrência da variável dependente de acordo com o poder explicativo das variáveis independentes. Quanto maior a diferença entre o percentual global de acerto do modelo ajustado em relação ao modelo nulo (que conta apenas com a variável dependente), maior é a contribuição grupal das variáveis independentes (GARSON, 2011 *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015).

Tabela 19: Tabela de classificação – modelo ajustado

	Observado		Previsto		
			Ambição política		Porcentagem correta
			Ambição estática	Ambição progressiva	
Etapa 1	Ambição política	Ambição estática	303	16	95,0
		Ambição progressiva	76	25	24,8
	Porcentagem global				78,1

Fonte: Elaboração do autor.

O percentual de acerto do modelo nulo (Tabela 18) foi de 76%, e para o modelo ajustado (Tabela 19) foi de 78,1%, portanto, um aumento de 2,1%, distante do patamar mínimo de 25% sugerido pela literatura (GARSON, 2011 *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015). Adicionalmente, a porcentagem correta de acerto foi mais alta para os casos de ambição estática, chegando a 95,0%, enquanto que a porcentagem de acertos para os casos de ambição progressiva foi de 24,8%. O modelo nulo (Tabela 18) acertou a previsão de 100% da estática e 0% da progressiva. Consequentemente, o modelo diminuiu a taxa de acertos para a ambição estática e elevou para a progressiva. Isso nos mostra que o modelo ajustado é melhor para prever os casos de ambição estática, além disso, ele contribui na explicação da ambição progressiva dos parlamentares.

A Tabela 20 exhibe as variáveis presentes na equação do modelo ajustado da regressão logística:

Tabela 20: Variáveis na equação

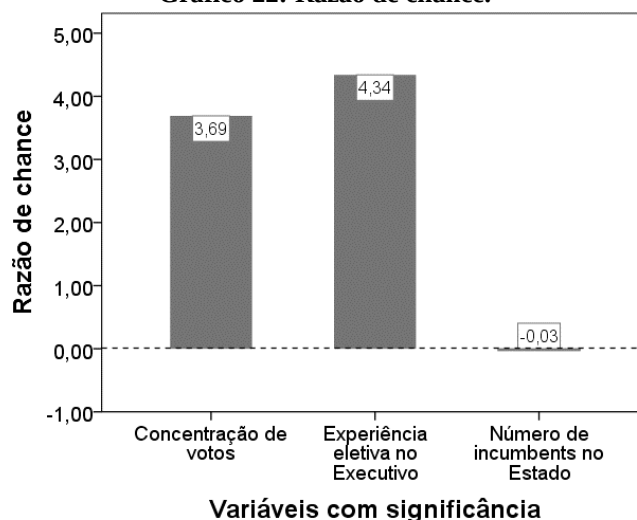
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	Concentração de emendas	1,059	0,954	1,233	1	0,267	2,883
	Concentração de votos	1,546	0,593	6,785	1	0,009	4,691
	Dominância	-0,870	0,783	1,234	1	0,267	0,419
	Número de <i>incumbents</i> no Estado	-0,026	0,008	9,382	1	0,002	0,974
	Experiência eletiva no Executivo	1,674	0,328	26,045	1	0,000	5,335
	Percentual de emendas pagas	0,044	0,028	2,542	1	0,111	1,045
	Constante	-3,566	3,012	1,402	1	0,236	0,028

Fonte: Elaboração do autor.

O coeficiente B indica a direção da relação entre as variáveis. Logo, as variáveis Número de *incumbents* no Estado e Dominância influenciam negativamente na ambição política dos deputados. As demais variáveis influenciam positivamente. Também é importante observar a Significância (Sig.), que apresenta o resultado do p-valor. As variáveis com significância estatística do modelo foram Concentração de votos, Número de *incumbents* no Estado e Experiência eletiva no Executivo, o que significa dizer que estas variáveis exercem uma influência na variável dependente, sendo que o número de *incumbents* no Estado revela um efeito negativo que já era esperado, e as demais um efeito positivo. As variáveis Concentração de emendas, Dominância e Percentual de emendas pagas não apresentam significância estatística.

Por fim, o Exp(B) é utilizado para mensurar a razão de chance⁴ da variável independente sobre a dependente. O Gráfico 22 ilustra a razão de chances para as variáveis independentes com significância estatística.

Gráfico 22: Razão de chance.



Fonte: Elaboração do autor.

⁴ A razão de chance do Exp(B) em termos de acréscimo de valores sobre a variável analisada pode ser calculada da seguinte maneira: razão de chance=Exp(B)-1. Outro modo de ler o valor, é em termos percentuais, que pode ser calculado como segue: razão de chance=(Exp(B)-1)x100 (HAIR *et al.*, 2009).

De acordo com o Exp(B), um incremento de valor na concentração de votos aumenta 3,69 vezes a chance do parlamentar escolher ambição estática. Da mesma forma, um incremento na experiência eletiva no Executivo, aumenta em 4,34 vezes a chance de o parlamentar escolher ambição estática. Por outro lado, se houver mais um candidato *incumbent* disputando um cargo na CD no mesmo estado, diminui em 0,03 vezes, a chance do parlamentar escolher ambição estática.

5.1.2 Testes de ajustes do modelo.

Elaboramos em conjunto com a regressão logística alguns testes de ajuste do modelo. No teste Omnibus “um resultado significativo indica que o ajuste dos dados está adequado, sugerindo que pelo menos um dos preditores é significativamente relacionado com a variável dependente” (GARSON, 2011 *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015, p. 14).

Tabela 21: Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	56,313	6	0,000
	Bloco	56,313	6	0,000
	Modelo	56,313	6	0,000

Fonte: Elaboração do autor.

De acordo com o resultado, o modelo apresenta significância estatística, sugerindo o ajuste adequado. Os testes de Cox & Snell e Nagelkerke também são úteis para confirmar a qualidade do modelo. A interpretação para estes testes é a seguinte: quanto mais próximo de zero (0%), menor é a diferença entre o modelo nulo (sem nenhuma variável independente) e o modelo estimado; quanto mais próximo de um (100%), maior é a diferença entre o modelo nulo e o modelo proposto pelo pesquisador, desse modo, eles explicam a proporção das variações ocorridas no logaritmo da razão de chance, que representa as variações observadas nas variáveis independentes.

Tabela 22: resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R ² Cox & Snell	R ² Nagelkerke
1	407,055 ^a	0,125	0,188

Fonte: Elaboração do autor.

Assim, o modelo estimado, segundo os pseudos R² de Cox & Snell, e de Nagelkerke explicam entre 12,5% e 18,8%, respectivamente, dos casos da variável dependente, tendo como base as variáveis independentes.

Por fim, concluímos a análise de ajuste do modelo com o teste de Hosmer e Lemeshow. De acordo com Garson (2011, *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015, p. 14) “este teste é considerado mais robusto do que o teste de um qui-quadrado comum, principalmente quando existem variáveis independentes contínuas ou quando o tamanho da amostra é pequeno”. “Um resultado não significativo ($p\text{-valor} > 0,05$) sugere que o modelo estimado com as variáveis independentes é melhor do que o modelo nulo” (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2015, p. 14). Em nosso caso, o $p\text{-valor}$ foi de 0,789, sugerindo um ajuste adequado do modelo.

Tabela 23: Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	4,699	8	0,789

Fonte: Elaboração do autor.

5.2 Considerações sobre o modelo

Em síntese, os resultados da regressão apontam para uma baixa significância estatística do modelo. Isso ocorre por haver variáveis não significativas, que por isso, diminuem a capacidade do modelo de diferenciar os casos entre si. O teste de Hosmer e Lemeshow bem como o teste Omnibus, indicam que o modelo utilizado é melhor que o modelo nulo, ou seja, o conjunto de variáveis explica mais do que a variável dependente sozinha. O teste de Cox & Snell e Nagelkerke apontam que o modelo estimado explica entre 12,5% e 18,8% da variância entre a VD e as VI.

Nossa hipótese geral afirma que a concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política. A baixa significância estatística do modelo, aliada a baixa significância estatística da variável concentração de votos ($p\text{-valor}$ de 0,267) nos leva a rejeitar esta hipótese, aceitando a hipótese nula.

Esse resultado pede uma explicação sobre a capacidade explicativa de algumas variáveis do modelo. Para isso, a seguir, discutiremos a probabilidade prevista de algumas variáveis independentes do modelo.

5.2.1 Previsibilidade das variáveis contínuas.

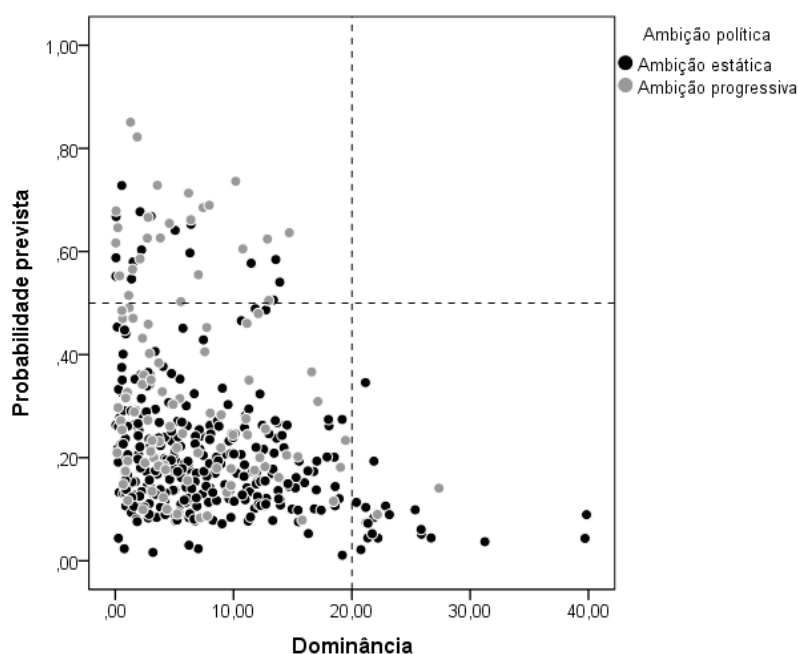
O modelo reflete o comportamento semelhante de algumas variáveis nos dois grupos de parlamentares. Os gráficos de dispersão por pontos a seguir representam individualmente a

relação entre a probabilidade prevista do modelo e algumas variáveis independentes. A divisão entre os grupos em cada um dos eixos é demarcado pela linha tracejada.

Para compreender melhor estes gráficos é importante se guiar pelas linhas pontilhadas. Os casos estão marcados pela sua classificação real. Por isso, os pontos abaixo da linha pontilhada horizontal têm uma probabilidade menor do que 50%, ou seja, podem ser erros de estimação do modelo. Além disso, os casos que apresentam valores acima e abaixo da linha horizontal podem ser considerados de baixa capacidade discriminatória entre grupos.

Os gráficos de dispersão por pontos apresentados a seguir demonstraram que os casos estão dispersos, desse modo, não há uma distinção entre os grupos quando se compara a probabilidade prevista das variáveis. Um exemplo de situação ideal, seria que houvesse duas aglomerações de pontos distintas, cada uma relativa a um tipo de ambição específico. Caso isso ocorresse, significaria que o modelo conseguiu diferenciar os casos, ou seja, as variáveis independentes seriam ideais para explicar a variável dependente.

Gráfico 23: Probabilidade prevista X dominância.

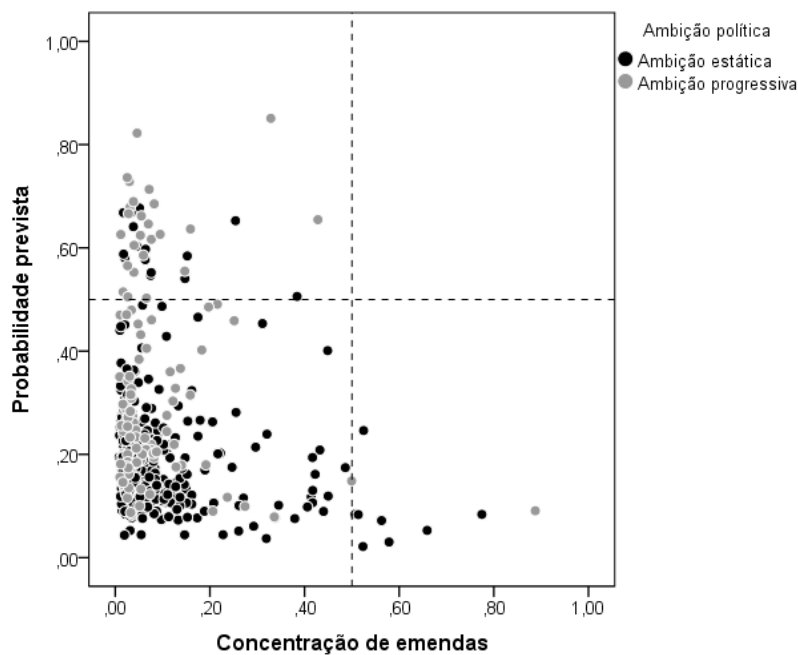


Fonte: Elaboração do autor.

Os Gráfico 23 ilustra que acima da linha tracejada, que representa os casos com alta probabilidade prevista, não houve casos de parlamentares dominantes, independente do tipo de ambição. A maioria dos casos é de baixa previsibilidade, para ambos os grupos (dominantes e compartilhados), e estão representados na parte inferior do gráfico, especialmente, a maioria dos casos é de parlamentares que compartilham seu distrito eleitoral. O Gráfico 24 ilustra um

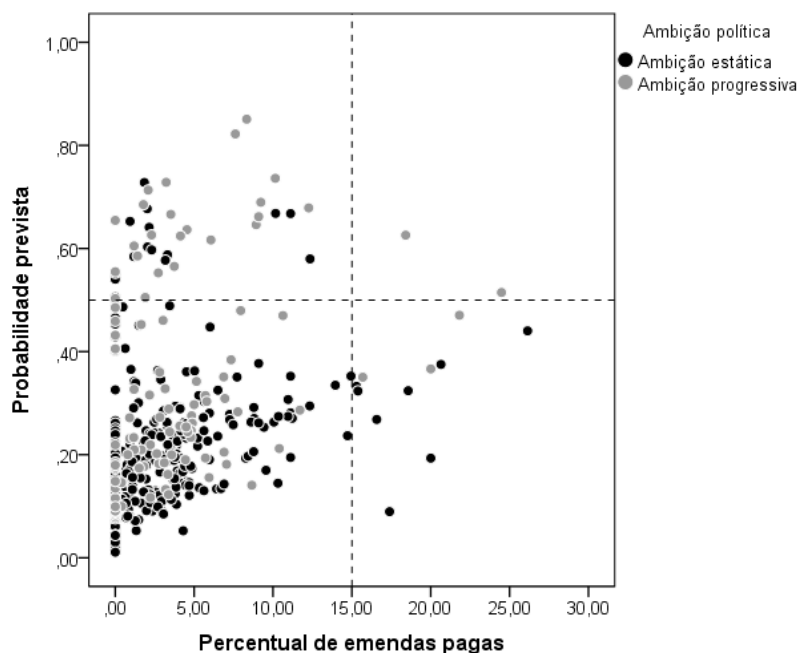
comportamento similar ao anterior. Nele não há alta previsibilidade de ocorrência de casos de parlamentares com alta concentração de emendas em nenhum dos grupos distintos de ambição.

Gráfico 24: Probabilidade prevista X concentração de emendas.



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 25: Probabilidade prevista X percentual de emendas pagas.



Fonte: Elaboração do autor.

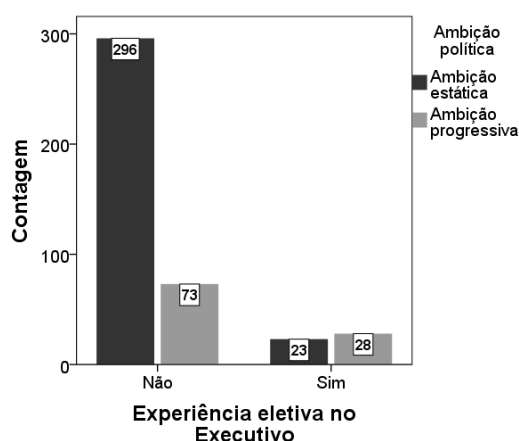
O Gráfico 25, por sua vez, apresenta dois casos de ambição progressiva com alta previsibilidade de ocorrer e com um alto percentual de emendas pagas. Contudo, apesar da

probabilidade prevista ser alta, os valores são dispersos, não sendo suficientes para diferenciar os grupos.

5.2.2 Previsibilidade das variáveis categóricas.

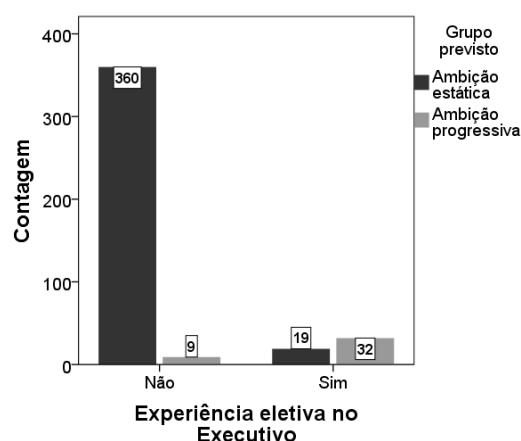
Os gráficos em barra a seguir são apresentados em pares, e ilustram a ocorrência real dos casos e a probabilidade prevista pelo modelo, assim é possível comparar qual foi o comportamento do modelo em relação aos dados.

Gráfico 26: Experiência no Executivo X Ambição política.



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 27: Experiência no Executivo X grupo previsto.



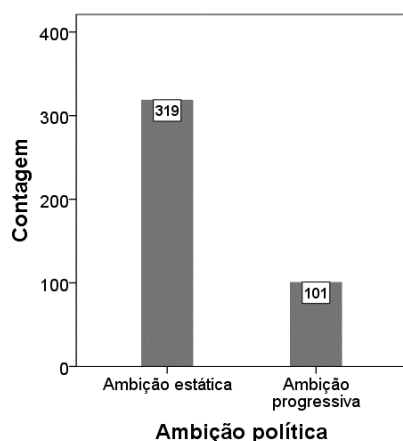
Fonte: Elaboração do autor.

No Gráfico 26, à esquerda, temos a real ambição dos parlamentares, e à direita, no Gráfico 27, a ambição prevista. Comparando-se os casos, vemos que o modelo previa a existência de um número maior de parlamentares com ambição estática sem experiência no Executivo, e um número menor de parlamentares com ambição progressiva sem experiência na outra arena.

Esses gráficos evidenciam que algumas variáveis independentes não são capazes de oferecer informações suficientes para que o modelo possa prever o comportamento da variável dependente. Embora algumas variáveis, sugeridas pela literatura, contribuam para explicar o comportamento do parlamentares ao se recandidatar, elas não são suficientes para dar conta de esclarecer o fenômeno por completo.

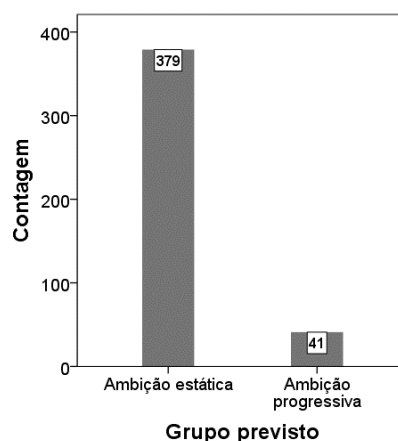
Para finalizar, comparamos a ambição política dos deputados com o grupo previsto pelo modelo.

Gráfico 28: Ambição política



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 29: Grupo previsto



Fonte: Elaboração do autor.

Comparando as ilustrações dos Gráficos 28 e 29, podemos constatar que o modelo inseriu mais casos no grupo de parlamentares com ambição estática, e menos casos no grupo de ambição progressiva.

Vale lembrar que este trabalho utiliza como base apenas uma legislatura da Câmara dos Deputados, é possível que a adição de outras legislaturas possa resultar em um modelo mais robusto. No entanto, esta medida pode não ser suficiente. A publicidade das ações dos parlamentares, seu nível de carisma com os eleitores, estar envolvido ou não em escândalos de corrupção, por exemplo, podem influenciar na escolha de carreira dos parlamentares.

CONCLUSÃO

O interessado dá um jeito? A taxa de sucesso nas candidaturas dos parlamentares da 54ª Legislatura, independente do cargo escolhido, foi de 59,84%. Logo, é possível que sim. As emendas individuais são a chave para explicar a escolha de carreira dos parlamentares? Acreditamos que não. Embora em nosso modelo elas exerçam efeito sobre a ambição política, o seu poder explicativo é limitado.

Além da hipótese principal, testamos algumas hipóteses levantadas pela literatura. A hipótese específica 1 afirma que a concentração de votos influencia na concentração de emendas individuais (CARVALHO, 2003; LEONI, PEREIRA E RENNO, 2003). Cruzando essas informações (Tabela 11), vimos que a relação é negativa e fraca, e também que não apresenta significância estatística. Ao que parece, para a legislatura analisada, essa afirmação não é verdadeira.

A hipótese específica 2 afirma que a experiência eletiva dos parlamentares na Câmara dos Deputados influencia na escolha da ambição progressiva (SAMUELS, 2003; SANTOS, 2003). Verificamos que a correlação entre estas variáveis é negativa e fraca, e não apresenta significância estatística (Tabela 13). Portanto, tudo indica que a experiência dos parlamentares não está relacionada com seu “desejo” de permanecer ou sair da Câmara dos Deputados.

Por fim, a hipótese específica 3 afirma que a experiência no executivo afeta a escolha de ambição política. A análise de correlação (Tabela 14) demonstrou que correlação é positiva, e porém fraca, apresenta significância estatística. Com base nestes resultados, podemos presumir que a experiência do parlamentar no Executivo está relacionada positivamente ao tipo de ambição escolhido por ele. Adicionalmente, a inclusão da variável experiência eletiva no Executivo no modelo de regressão logística aponta que as chances de escolha da ambição estática aumentam em 4,34 vezes, isso a um nível de significância de 0,000. Consequentemente, esta é uma boa variável de controle.

Constatamos que afirmações comuns na literatura não encontraram embasamento nos dados coletados e testados. Ainda assim, decidimos correlacionar todos esses dados num modelo de regressão logística a fim de testar a principal hipótese e mensurar até que ponto as variáveis são capazes de explicar a escolha de ambição progressiva.

Nossa principal hipótese é que a concentração de emendas individuais exerce um efeito positivo sobre a ambição política. A adição das variáveis independentes escolhidas, no modelo de regressão, aumentou a porcentagem de acertos da previsão de ocorrência da variável

dependente em apenas 2,1%. Isso quer dizer que, elas auxiliaram positivamente na taxa de acerto do modelo, porém, não houve uma significância estatística, já que uma taxa de acertos deveria crescer aproximadamente 25% para ser considerada satisfatória. Além disso, a variável concentração de emendas não apresentou significância estatística. Por estes motivos, a hipótese do trabalho foi rejeitada, aceitando-se a hipótese nula. Ou seja, a concentração de emendas individuais não exerce um efeito positivo sobre a ambição política.

A porcentagem correta de acerto do modelo ajustado foi mais alta para os casos de ambição estática, chegando a 95,0%, enquanto que a porcentagem de acertos para os casos de ambição progressiva foi de 24,8%. O modelo nulo acertou a previsão de 100% da estática e 0% da progressiva. Logo, o modelo diminuiu a taxa de acertos para a ambição estática e elevou para a progressiva. Isso nos mostra que o modelo ajustado é melhor para prever os casos de ambição estática, e contribuir na explicação da ambição progressiva dos parlamentares.

Em suma, as variáveis com significância estatística foram a concentração de votos, o número de *incumbents* no estado e a experiência eletiva no Executivo. As variáveis independentes não significativas foram concentração de emendas, dominância. O percentual de emendas pagas também não apresentou significância, demonstrando não ser uma boa variável de controle.

É possível que a baixa significância estatística apresentada pelo modelo seja minimizada com acréscimo de outras legislaturas. Todavia, esta medida pode não ser suficiente. Outras variáveis não controladas podem influenciar a escolha dos parlamentares. Contudo, a busca por elas certamente consumiria mais tempo e recursos, ambos escassos para o período de um mestrado. Portanto, ficam para uma próxima oportunidade.

REFERÊNCIAS

- AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, no 57, pp. 324-343, 1995.
- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- ARNOLD, D. **The Logic of Congressional action**. New Haven: Yale University Press, 1990.
- BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **The American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144–159, mar. 1972.
- BRACE, Paul. Progressive Ambition in the House: A Probabilistic Approach. **Journal of Politics**. 46(2): 556-571, 1984.
- CARSON, Jamie. Strategy, Selection and Candidate Competition in House and Senate Elections. **The Journal of Politics**, 67 (1): 1-66, 2005.
- CARVALHO, Nelson R. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2003.
- CONOF: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Entenda o Orçamento. **Câmara dos Deputados**, 2016.
- CORDER, Gregory W.; FOREMAN, Dale I. **Nonparametric Statistics for Non-Statisticians: A Step-by-Step Approach**. JOHN WILEY. 2009.
- CORRÊA, Filipe S. **O que fazer para sobreviver politicamente?** Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. 2016. 145 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.
- CUNOW, Saul; AMES, Barry; DESPOSATO, Scott; RENNO, Lúcio. Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil, in: **Legislative Studies Quarterly**, v. XXXVII, n. 4, p. 533-558, 2012.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, Jhon. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.
- FENNO, Richard. **Home Style: House Members in Their Districts** Boston: Little, 1978.
- FEREJOHN, John A. On the Decline of Competition in Congressional Elections. **American Political Science Review** 71:166-76, 1977.
- FIGUEIREDO FILHO, D; ROCHA, Enivaldo; PARANHOS, Ranulfo, ALEXANDRE, José. **Regressão logística em Ciência Política**. 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/10394610/Regressão_logística_em_Ciência_Política>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

FROMAN, Lewis. The Congressional Process. **The Journal of Politics**. Boston: Little, Brown. 1967.

GARSON, G. D. **Logistic Regression: Binomial and Multinomial**, 2011 Edition. Asheboro, NC: Statistical Associates Publishers. 2011.

GOODLIFFE, Jay. The Effect of War Chests on Challenger Entry in U.S. House Elections. **American Journal of Political Science** 45: 830-844. Brown, 2001.

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E e TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. Bookman, 2009.

HEITSHUSEN, Valerie; YOUNG, Garry; WOOD, M. David. Legislative Home Styles in Cross-National Perspective: Resource Allocation and Perceptions of Constituency in Australia, Canada, and New Zealand. **APSA**, Atlanta, 1999.

HINCKLEY, Barbara. The American Voter in Congressional Elections. **American Political Science Review** 74: 641-650, 1980.

JACOBSON, Gary C. Incumbents' Advantages in the 1978 U.S. Congressional Elections. **Legislative Studies Quarterly** 6: 183-200, 1989.

JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. **International Studies Perspectives**, Cambridge. 1–16. 2015.

KING, G. Replication, Replication. PS: **Political Science and Politics** 28, 1995.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, p. 44–67, 2003.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 01, p. 109–130, fev. 2004.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, p. 737 a 776. 2005.

MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven/London. Yale University Press, 1974.

MESQUITA, Lara. **Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: Uma Réplica Metodológica. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, pp. 589 a 609, 2005.

PARKE, Glenn R.; PARKE, Suzanne L. Correlates and Effects of Attention to District by U.S. House Members. **Legislative Studies Quarterly** 10: 223- 242, 1985.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. “Should I Stay or Should I Go?” Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil, in: **Journal of Politics in Latin America**, 5, 3, 73–95, 2013.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, p. 133– 172, 2001.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. Successful Re-election Strategies: The Electoral Impact of Distinct Electoral Incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, 2003.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. “Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil”. **Dados**, vol.46, n.º.4, Rio de Janeiro, 2003.

RIKER, W. H.; ORDESHOOK, P. C. **An Introduction to Positive Political Theory**. Prentice-Hall, 1973.

ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos Deputados Federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, p. 209-236. 2012.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481–497, 1 ago. 2000b.

SAMUELS, D. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D. Progressive ambition, federalism, and pork-barreling in Brazil. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Eds.). . **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 315–340. 2002.

SAMUELS, David. The Gubernatorial Cattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **Journal of Politics**, 62, 1, 240-253, 2000a.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Fabiano. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, 24 (2): 209-237, 1999.

SCHLESINGER, J. A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand MacNally, 1966.

SILVA JÚNIOR, J. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou Tsunamis? O Impacto das Ondas De Renovação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 199-212, 2012.

STOKES, D. E.; MILLER, W. E. Party Government and the Saliency of Congress. **Public Opinion Quarterly**, vol. 26, pp. 531-546, 1962.

TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew. S. Seats and Votes. New Haven, **Yale University Press**. 1989.

YOUNG, Garry. Home Style Choices: House Members and the Distribution of Their Representational Allowances. **Midwest Political Science meeting**, Chicago, 2005.